



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS - SE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

ISABELA MARIA FONTES MARTINS

**PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA UNIDADE DE
ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM ARACAJU – SE**

**LARANJEIRAS, SE
SETEMBRO DE 2017**

ISABELA MARIA FONTES MARTINS

**PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA UNIDADE DE
ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM ARACAJU – SE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Sergipe como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto
Arquitetônico

Orientadora: Profa. Dra. Carla Fernanda
Barbosa Teixeira

LARANJEIRAS – SE

SETEMBRO DE 2017

ISABELA MARIA FONTES MARTINS

**PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA UNIDADE DE
ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA EM ARACAJU – SE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado em 19 de setembro de 2017 à
seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Carla Fernanda Barbosa Teixeira
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profa. Taina Thalita Sousa Santos
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profa. MSc. Lygia Nunes Carvalho
Universidade Tiradentes (UNIT)

Antonia Menezes
Convidada Externa (Prefeitura Municipal de Aracaju)

LARANJEIRAS – SE
SETEMBRO DE 2017

É preciso ter coragem para ser mulher
nesse mundo. Para viver como uma.
Para escrever sobre elas (ARAÚJO,
Mariana. 2015).

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher é uma forma de agressão que atinge mulheres das mais variadas nacionalidades, etnias e classes sociais. Nenhuma mulher está isenta de sofrer este tipo de opressão, uma vez que esta se baseia no gênero, e não em raça, credo ou nível de escolaridade. Na cidade de Aracaju, foram registrados uma média de 222 casos por mês em 2016. Deste modo, a elaboração da proposta arquitetônica de uma Unidade de Atendimento a mulheres em situação de violência doméstica na cidade de Aracaju – SE, surge com o propósito de criar um espaço voltado ao acolhimento da vítima. Para isso, foi realizado o levantamento teórico a respeito do tema, com dados históricos, legislativos e índices estatísticos. Foram feitas, ainda, análises, entrevistas e estudos de caso que pudessem fundamentar o programa de necessidades proposto para o projeto. A coleta de informações climáticas, que incluem direção e frequência dos ventos e orientação solar, foi indispensável para conceber uma proposta arquitetônica coerente com o local escolhido. A proposta arquitetônica visa criar um local de atendimento humanizado e multidisciplinar, para que a mulher possa recomeçar a vida longe do agressor e das circunstâncias a ele relacionadas.

Palavras-chave: violência doméstica, violência contra mulher, proposta arquitetônica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais Serviços da Rede de Enfrentamento em Aracaju.....	28
Figura 2: Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande	34
Figura 3: Terreno para futura Casa da Mulher Brasileira em Aracaju.....	34
Figura 4: Setorização de serviços.....	35
Figura 5: Planta Baixa esquemática da CMB - Curitiba	36
Figura 6: Pátio interno – CMB em Campo Grande	37
Figura 7: Recepção – CMB em Campo Grande	37
Figura 8: Alojamento de passagem – CMB em Campo Grande	40
Figura 9: Dormitório do alojamento – CMB em Campo Grande	40
Figura 10: Quartos da Casa Abrigo	42
Figura 11: Banheiro da Casa Abrigo.....	43
Figura 12: Administração	44
Figura 13: Hospitais da Rede Sarah, em Fortaleza (esquerda) e Rio de Janeiro (direita)	53
Figura 14: Vista aérea do Sarah Lago Norte, em Brasília.....	54
Figura 15: Corte esquemático em croqui.....	54
Figura 16: Sala de espera com vista para o lago.....	55
Figura 17: Croquis do Sistema de ventilação natural.....	56
Figura 18: Área central do Centro de Apoio à Paralisia Cerebral	57
Figura 19: Jardim integrado ao hall principal	57
Figura 20: Mapa Zona Periférica	60
Figura 21: Mapa Zona Central.....	61
Figura 22: Articulação com a Rede de Enfrentamento	62
Figura 23: Localização do terreno e vias próximas.....	63
Figura 24: Rua Dr. José Calumby.....	63
Figura 25: Rua Leonel Curvelo	64
Figura 26: Terreno Atual	65
Figura 27: Gabarito de Altura.....	66
Figura 28: Uso do Solo	67
Figura 29: Frequência de Ocorrência dos Ventos	68
Figura 30: Velocidades Predominantes dos Ventos	69
Figura 31: Carta Solar.....	70
Figura 32: Remoção parcial da vegetação	72
Figura 33: Implantação	73

Figura 34: Pergolados: Redário e Espreguiçadeiras	76
Figura 35: Pergolados: Gira-gira e balanços	76
Figura 36: Pergolados: Áreas de leitura.....	76
Figura 37: Setorização e Fluxos	80
Figura 38: Alojamentos – Planta Baixa	82
Figura 39: Quarto Triplo – Perspectiva	83
Figura 40: Alojamentos – Elevação Oeste	83
Figura 41: Alojamento, Funcionários e Área Comum – Planta Baixa	84
Figura 42: Alojamento, Funcionários e Área Comum – Elevação Leste	85
Figura 43: Administrativo e Atendimentos – Planta Baixa	86
Figura 44: Sala de Atendimento Psicológico Individual – Perspectiva.....	86
Figura 45: Administrativo e Atendimentos – Elevação Norte	86
Figura 46: Área Comum de Estar – Planta Baixa	87
Figura 47: Brinquedoteca – Perspectiva	87
Figura 48: Área Comum de Estar – Elevação Leste	88
Figura 49: Cursos e Oficinas – Planta Baixa	88
Figura 50: Sala de Informática – Perspectiva	89
Figura 51: Cursos e Oficinas – Elevação Sul.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de homicídios de mulheres no mundo.....	12
Gráfico 2: Taxa de Agressão em Jovens e Adultas (18 aos 59 anos)	18
Gráfico 3: Tipo de Agressão em Jovens e Adultas (18 aos 59 anos)	19
Gráfico 4: Ocorrências e Inquéritos Policiais	20
Gráfico 5: Origem das vítimas da Casa-Abrigo (2006 – 2009)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DAGV	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LabEEE	Laboratório de Eficiência Energética em Edificações
NUDEM	Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TJSE	Tribunal de Justiça de Sergipe
ZAP	Zona de Adensamento Preferencial

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
1 INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS.....	14
Objetivo Geral	14
Objetivos Específicos	14
2 QUADRO TEÓRICO.....	15
2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	15
2.2 DADOS E ESTATÍSTICAS	17
2.3 LEGISLAÇÃO	21
2.3.1 Lei Nº 11.340/2006: A Lei Maria da Penha	24
2.4 REDE DE ENFRENTAMENTO	27
2.5 PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA.....	31
2.5.1 Casa da Mulher Brasileira.....	32
3. ESTUDO DE CASO.....	35
3.1 ANÁLISE DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	35
3.2 ANÁLISE DA CASA ABRIGO PROF. NÚBIA MARQUES.....	41
3.3 COLETIVO DE MULHERES DE ARACAJU	47
4. HUMANIZAÇÃO DA ARQUITETURA.....	50
4.1 HOSPITAIS DA REDE SARAH	52
5. PROPOSTA ARQUITETÔNICA	59
5.1 ESCOLHA E ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO DO TERRENO	59
5.1.1 Zona Periférica	59
5.1.2 Zona Central	60
5.1.3 O Terreno	62
5.2 GABARITO E ALTURA E USO DO SOLO	65
5.3 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES AMBIENTAIS	67

5.4 CONCEITO	70
5.5 PARTIDO ARQUITETÔNICO.....	71
5.6 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	77
5.7 SETORIZAÇÃO E FLUXOS	78
5.8 O PROJETO.....	80
5.8.1 Alojamentos	82
5.8.2 Alojamento, Funcionários e Área Comum de Serviço	83
5.8.3 Administrativo e Atendimentos.....	85
5.8.4 Área Comum de Estar	87
5.8.5 Cursos e Oficinas	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B	97
APÊNDICE C	99

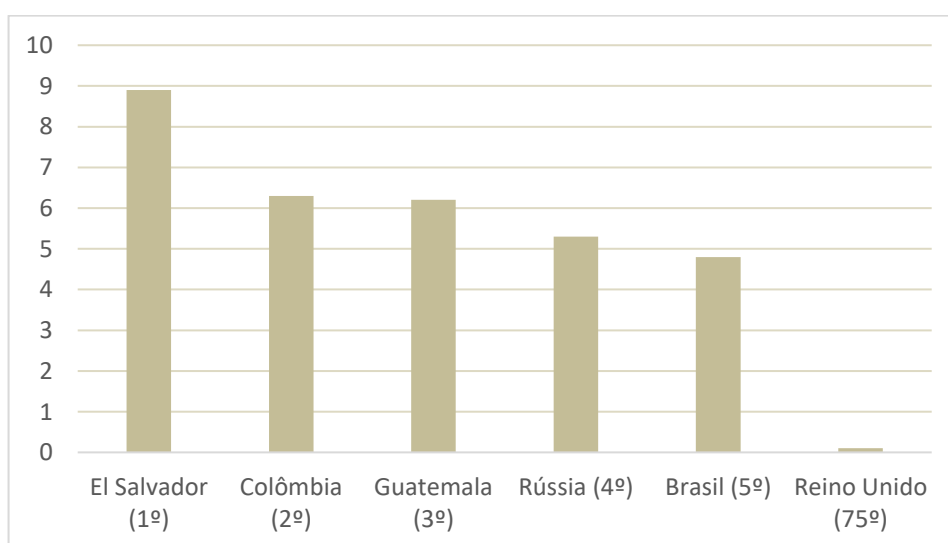
1 INTRODUÇÃO

No mundo há aproximadamente 7,4 bilhões de pessoas, onde 3,7 bilhões compõem a população feminina. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2013), cerca de 35% já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, equivalente a 1,3 bilhões de mulheres. Além disso, estima-se que 30% de todas as mulheres que já estiveram em uma relação heterossexual, afetiva e amorosa, vivenciaram algum tipo de violência física e/ou sexual. A violência contra a mulher não se resume apenas à física, mas também à moral, psicológica, sexual e patrimonial. Estes tipos de violência se manifestam através de inúmeras lesões corporais, ameaças e agressões verbais.

No Brasil há a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que se caracteriza por uma ferramenta com o intuito de prevenir e impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como estabelecer medidas de proteção às vítimas. Ainda que tenha existido um crescimento significativo nas denúncias de violência doméstica, após a Lei Maria da Penha entrar em vigor, o número de casos que continuam ocorrendo no ambiente doméstico e familiar é maior do que os países vizinhos (WAISELFISZ, 2015).

De acordo com Waiselfisz (2015), o Brasil é o 5º país do mundo com a maior taxa de homicídios de mulheres, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, como demonstra o Gráfico 1. Os índices altíssimos do país são, por exemplo, 48 vezes mais altos do que as taxas de homicídios femininos no Reino Unido, que ocupa a 75ª posição no *ranking*.

Gráfico 1: Taxa de homicídios de mulheres no mundo



Fonte: Adaptado de WAISELFISZ, 2015

De acordo com a projeção do IBGE (2017), Sergipe possui uma população feminina estimada em 1,1 milhão de habitantes, o equivalente a 51,2% da população total. O estado, de acordo com o Informe Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde (2016), está em 6º lugar no país no ranking de atendimentos de denúncias realizadas através do número 180. No Nordeste a posição é ainda mais preocupante, onde o estado assume a 2ª colocação, atrás somente do Piauí. Dentre todos os tipos de violência que foram denunciados em Sergipe, mais de 85% se enquadram no caso de violência doméstica, onde 70% foram cometidas pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima.

No ano de 2015, cerca de 1.300 processos tramitaram por mês no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Aracaju do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), todos estes relacionados à violência contra a mulher. Já em todo o estado de Sergipe, o que inclui outros juizados especiais, esse número chega a 3.500 (VASCONCELOS, 2015). Um em cada cinco dias de falta ao trabalho de uma mulher ocorre em função da violência conjugal. A cada 5 anos de violência doméstica a mulher perde 1 ano de vida (NOBRE, 2009).

Sergipe conta com cinco Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), uma na capital e quatro em municípios do interior (Estância, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro). Segundo a delegada Dra. Thaís Lemos, responsável pela DEAM localizada em Aracaju, foram registrados 2669 Boletins de Ocorrência no ano de 2016, na capital sergipana. Este número equivale a 7,41 boletins por dia. Estes dados foram repassados através de uma entrevista realizada na própria Delegacia da Mulher, para compreender melhor o funcionamento da delegacia e coletar informações. A entrevista foi realizada em fevereiro de 2017 e está disponível no Apêndice A do presente trabalho.

Há apenas uma Casa Abrigo que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estejam sob ameaça, a Casa Abrigo Professora Núbia Marques. Existem sete Centros Regionais Especializados de Atendimento à Mulher em todo o estado, que atendem de um a treze municípios em uma regional, além de um Centro de Referência da Mulher localizado na capital (TJSE, 2017). Estes locais funcionam principalmente como postos de saúde e centros médicos voltados à saúde da mulher.

Até o final de 2016 o Brasil contava com três unidades da Casa da Mulher Brasileira (Brasília, Curitiba e Campo Grande), integrantes do Programa Mulher Viver

sem Violência, uma iniciativa do Governo Federal (SPM, 2016). Por sua vez, o estado de Sergipe, apesar de fazer parte do Programa do Governo Federal desde 2013, não possui uma unidade de atendimento unificado e humanizado voltado para a problemática em questão.

Diante dos dados significativos que foram expostos, fundamenta-se a necessidade de espaços voltados ao acolhimento da vítima, comumente fragilizada, que disponha de uma equipe de atendimento multidisciplinar. Constata-se a urgência de um local adequado para atender a mulher em situação de violência doméstica, especialmente em uma cidade como Aracaju, capital do estado de Sergipe, que apresenta índices preocupantes.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Proposta arquitetônica de uma unidade de atendimento humanizado, integral e multidisciplinar às mulheres em situação de violência doméstica, na cidade de Aracaju/SE.

Objetivos Específicos

O presente trabalho tem como objetivos específicos:

- Estudar situações de violência;
- Estudar ONGs e grupos de apoio à mulher em situação de violência;
- Estudar casos de reincidência da violência doméstica;
- Estudar programas governamentais voltados a políticas de combate à violência doméstica;
- Estudar legislação pertinente;
- Elaborar o programa de necessidades da unidade de atendimento.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A expressão violência deriva-se da palavra *violentia*, de origem latina, que significa “qualidade do que é violento; abuso de força; coação; (jur.) coação física ou moral” (FERNANDES, 1992, p. 1199, apud ABOIM, 2006, p. 14).

Pode-se compreender o termo violência como uma forma de causar danos, sejam eles físicos ou não, a uma pessoa. É um instrumento de dominação, onde a vítima é a parte submissa de uma relação, desta forma “violência é um constrangimento físico e moral exercido sobre a vontade de alguém para obriga-lo a consentir ou submeter-se à vontade de outrem” (BRASIL, 2001, p. 293, apud ABOIM, 2006, p. 14).

A violência de um modo geral encontra-se enraizada na sociedade desde os seus primórdios, em todos os aspectos. Podemos percebê-la como um fenômeno cotidiano que se insere desde o âmbito público adentrando pelo espaço doméstico, que em tese deveria ser o refúgio das pessoas frente a toda forma de violência. (SOUZA, 2010, p. 38)

Por sua vez, a violência contra a mulher, também conhecida como violência de gênero, é assim nomeada pois se define a partir de uma conduta fundamentada exclusivamente no gênero. “O conceito de violência de gênero só pode ser entendido [...] como relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher, pois integra a ordem patriarcal de gênero” (CUNHA, 2014, p. 152).

Para entender como a violência contra a mulher se sustenta na sociedade é preciso perceber como funcionam as relações de gênero e como os conceitos são fruto de uma história baseada em relações de poder. A ideia que a mulher é um ser frágil e dependente, enquanto o homem possui maior força física e independência, é usada para justificar a dominação sobre o gênero feminino.

A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica – portanto, passível de desconstrução – [...]. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada. (PINAFI, 2012, p. 01)

A violência doméstica contra a mulher, no que lhe concerne, pode ser compreendida como “a violência perpetrada no lar ou na unidade doméstica” (ONU, 1998, p. 18, apud ABOIM, 2006, p. 15). Enquanto homens envolvem-se em casos de violência, em sua grande maioria, com outros homens e em espaços públicos, mulheres são majoritariamente violentadas e agredidas por seus parceiros (namorado, cônjuge, companheiro) dentro do ambiente doméstico (ABOIM, 2006, p. 16).

No Brasil, violência doméstica contra a mulher é considerada crime, previsto na Lei Nº 11.340/2006, onde estão citadas e definidas as principais formas de violência. Os tipos de agressão mencionados por essa Lei são: física, sexual, psicológica ou emocional, moral ou verbal e patrimonial.

A violência física é a mais comum e facilmente detectável, uma vez que frequentemente deixa marcas evidentes no corpo da mulher. Através do uso da força é adotada uma “conduta que ofenda a integridade corporal ou a saúde física da mulher” (ABOIM, 2006, p.18). A violência sexual consiste no abuso através do não-consentimento da vítima, ou da prática à força.

A violência psicológica, também conhecida como agressão emocional, é expressada através da depreciação da vítima, através do tratamento desrespeitoso ou, até mesmo, transferir a culpa para o outro. Já a violência moral, ou verbal, ofende a integridade da honra da vítima, através de palavras de baixo calão ou ofensas caluniosas. A violência patrimonial pode ser definida como aquela que resulta em destruição de bens pessoais ou recursos econômicos da vítima e, geralmente, precede a agressão física.

A violência é um fenômeno antigo na história da sociedade, portanto tanto homens quanto mulheres estão sujeitos a sofrerem os mais diferentes tipos de agressão. Contudo, ao se tratar de violência contra a mulher, os acontecimentos tornam-se banalizados, uma vez que se entende a mulher como um ser de menor força física que deve ser dominada.

A violência doméstica contra a mulher é compreendida como uma forma de agressão ainda mais cruel, pois ocorre em um ambiente onde, supostamente, a vítima deveria se sentir protegida. É importante ressaltar, ainda, que este tipo de violência “além de gerar danos materiais, físicos e psíquicos às suas vítimas, no Brasil, gera um

custo de 10,5% do PIB, o que significa 84 bilhões de dólares anuais, segundo o Banco Mundial [...]” (ABOIM, 2006, p. 17).

2.2 DADOS E ESTATÍSTICAS

Há uma dificuldade em conseguir mensurar e quantificar a violência doméstica contra mulher. As pesquisas realizadas, desde a escala mundial até a escala municipal, dispõem de parâmetros distintos, o que prejudica a comparação dos dados nas diferentes esferas em que estes foram coletados. Outra particularidade significativa é que a violência doméstica contra a mulher “não se expressa em números, uma vez que o medo, a vergonha e a proteção da família inibem a sua exteriorização e, portanto, o seu conhecimento” (OLIVEIRA, 2012, p. 161). Em classes socioeconômicas mais altas, a violência sofrida por mulheres no âmbito familiar não se torna pública “por vergonha e medo que a exposição do fato, no contexto social que estão inseridas, traga consequências ainda mais dolorosas ” (TELES, 2006, p. 48).

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA (2013), 40% dos homicídios de mulheres em todo o mundo são cometidos por parceiros íntimos das vítimas (FONSECA, 2015, p. 18). Segundo a Organização Mundial da Saúde, OMS, (2013), mulheres que foram fisicamente ou sexualmente abusadas por seus parceiros possuem 16% mais chances de ter um bebê abaixo do peso e duas vezes mais chances de terem depressão.

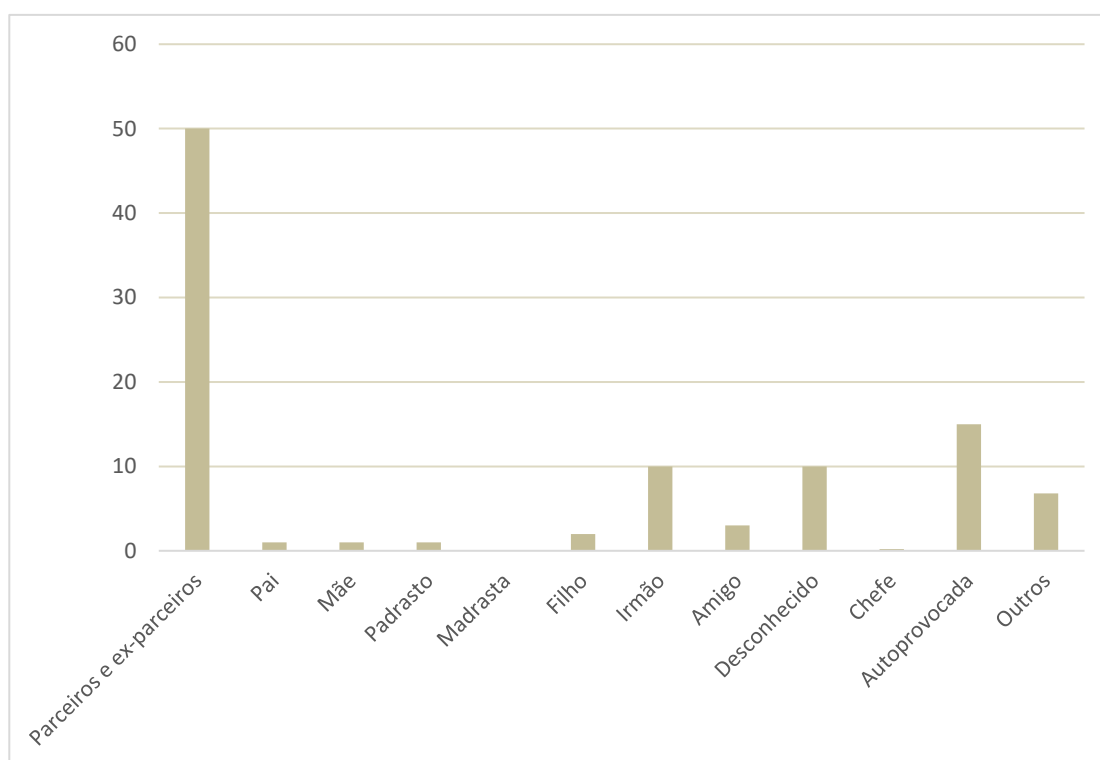
No continente americano, aproximadamente 30% das mulheres declararam que já sofreram violência física e/ou sexual em algum momento de suas vidas. Se comparadas às mulheres que foram sexualmente ou fisicamente violentadas por alguém que não se configura como parceiro íntimo, este número diminui para 7% em todo o mundo (OMS, 2013). Este índice revela a disparidade entre a violência contra a mulher e a violência doméstica contra a mulher, esta última mais frequente e mais problemática, uma vez que ocorre dentro do próprio lar da vítima.

Segundo Waiselfisz (2015), no Brasil 27% dos homicídios de mulheres ocorrem dentro da residência da vítima, enquanto apenas 10% dos casos de homicídios de homens ocorrem em ambiente domiciliar. Nos casos de violência que não resultam em morte, 71% dos casos de agressão contra a mulher ocorrem no

domicílio da vítima.

Entre jovens e adultas, com uma faixa etária que compreende dos 18 aos 59 anos de idade, as agressões causadas por parceiros ou ex-parceiros (sejam estes cônjuges ou namorados) somam 50% dos casos (WAISELFISZ, 2015). Este dado, apresentado no Gráfico 2, revela uma vertente preocupante da violência contra mulher, que indica que metade das agressões são causadas por parceiros íntimos. Enquanto inúmeros possíveis agressores (pai, mãe, padrastos, madrastas, filhos, irmãos, amigos, chefes, desconhecidos e até mesmo a violência autoprovocada) entram nas estatísticas somando os outros 50% dos casos.

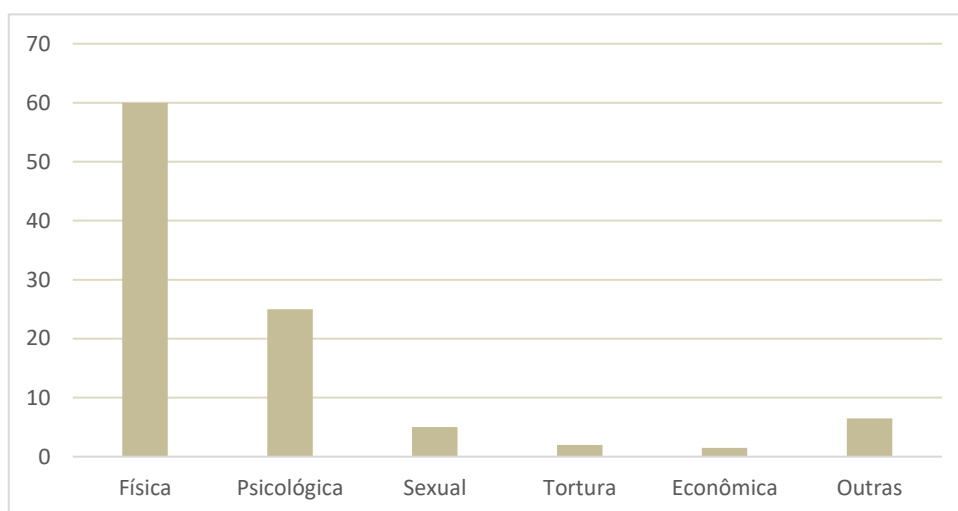
Gráfico 2: Taxa de Agressão em Jovens e Adultas (18 aos 59 anos)



Fonte: Adaptado de WAISELFISZ, 2015

A violência física assume a primeira posição entre as mulheres jovens e adultas, com quase 60% dos casos de agressão, seguida da violência psicológica, que atinge aproximadamente 25% dos casos, e da violência sexual, com uma taxa de incidência em torno de 5% (Gráfico 3). Quanto aos casos de reincidência da agressão, estes ultrapassam a marca de 54% em mulheres adultas.

Gráfico 3: Tipo de Agressão em Jovens e Adultas (18 aos 59 anos)



Fonte: Adaptado de WASELFISZ, 2015

A falta de condições financeiras para se manter sem o parceiro e a falta de condições econômicas para criar os filhos somam juntas 47% das razões pelas quais a mulher continua em um relacionamento que a mantém em situação de violência doméstica (IPSOS, 2011, p. 41).

A falta de condições econômicas está diretamente associada à preocupação com a criação dos filhos. Apesar de uma significativa parcela das mulheres agredidas ter alguma fonte de renda, ela tem medo de não conseguir dar conta de cuidar dos filhos sozinha, principalmente quando tem de deixar a moradia. Ela, muitas vezes, não sabe para onde ir com os filhos e como arcar com todas as despesas [...] (IPSOS, 2011, p. 12).

Na capital sergipana, que abriga uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, foram registrados 1743 boletins de ocorrência do mês de janeiro a setembro de 2006. Em outras delegacias de Aracaju, 403 boletins foram registrados referentes à violência contra a mulher, no mesmo período. Tanto na DEAM como nas delegacias comuns, o mês de março registrou o maior número de ocorrências (ABOIM, 2006, p. 55-56). As campanhas realizadas durante o mês de março, em função do Dia Internacional da Mulher, contribuem para que o índice de boletins de ocorrência registrados aumente durante esse período. “Os inquéritos policiais instaurados até o mês de setembro totalizaram apenas 09 casos [...]” (ABOIM, 2006, p. 57).

De acordo com pesquisa sobre a violência doméstica realizada em 2013 pelo Departamento de Pesquisas

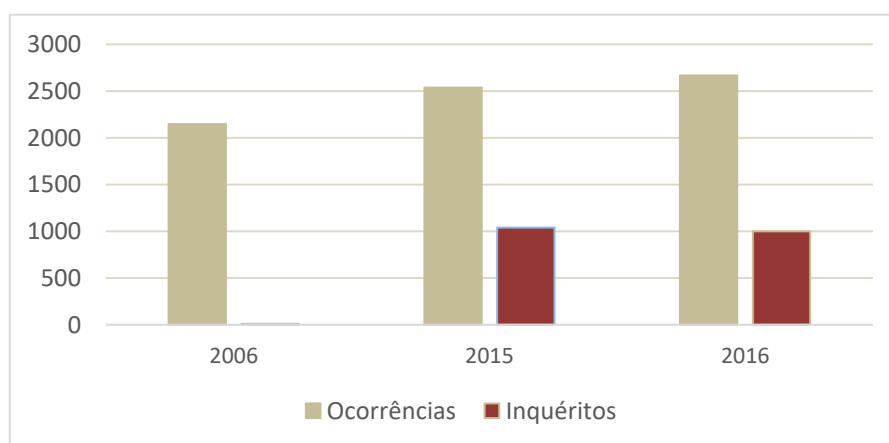
Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, em Sergipe 78,26% das mulheres agredidas foram violentadas no ‘âmbito de suas relações domésticas, afetivas ou familiares, pois o sujeito ativo da agressão foi o cônjuge, o ex-cônjuge ou algum parente’. Trata-se do maior índice brasileiro (FONSECA, 2015, p. 53).

No ano de 2015 foram registrados 2538 boletins de ocorrência na Delegacia da Mulher de Aracaju, que totalizaram em 1039 inquéritos policiais. Já em 2016 foram registradas 2669 ocorrências, uma média de 222 casos por mês, que totalizaram 1000 inquéritos policiais (Ver Apêndice A). Segundo a DAGV, no ano de 2016 foram concedidas 695 medidas protetivas e foram efetuadas 220 prisões, uma média de 18 ao mês, bem abaixo do número de casos que chega ao departamento todo mês.

Levando-se em conta os números dos registros por bairros, conclui-se que os maiores números de registros ocorrem em locais onde a renda média do chefe de domicílio varia de 01 a 03 salários mínimos (bairros Santos Dumont e Santa Maria), mantendo uma relação inversamente proporcional entre registros de ocorrências de violência contra a mulher *versus* renda familiar (ABOIM, 2006, p. 61).

Vale ressaltar que a Lei Nº 11.340/2006 entrou em vigor somente no dia 22 de setembro de 2006, o que explica o fato de existir um número, de inquéritos policiais, muito menor antes da Lei Maria da Penha se tornasse vigente, conforme o Gráfico 4. Em relação à quantidade de boletins de ocorrência ter aumentado até 2016, “se por um lado pode indicar um aumento da violência doméstica, por outro pode significar o amadurecimento de um projeto [...]” (TELES, 2006, p. 57).

Gráfico 4: Ocorrências e Inquéritos Policiais
(Antes e depois da Lei 11.340/2006)



Fonte: Adaptado de DAGV

Pode-se perceber que as mulheres vítimas de violência doméstica possuem baixa autoestima e alta dependência do agressor. Há uma relação de submissão e domínio, “podendo ser tal dependência de ordem financeira, emocional e/ou física (sentimento de proteção)” (ABOIM, 2006, p. 36).

2.3 LEGISLAÇÃO

A desigualdade entre homens e mulheres é histórica e pautada em uma relação de poder onde o homem domina a maior parte dos campos da sociedade. A luta das mulheres por direitos reconhecidos em declarações e leis é antiga, mas as conquistas são relativamente recentes.

Trazendo a discussão para o Direito, verifica-se que, num passado não tão distante, agressões perpetradas pelos homens contra as suas mulheres não configuravam nenhuma espécie de delito, ao contrário, eram comportamentos legitimados pelo regime patriarcal (OLIVEIRA, 2012, p. 158).

O debate a respeito da violência contra as mulheres entrou no discurso da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da criação da Comissão de Status da Mulher, na década de 1950. Com o surgimento desta Comissão, são assegurados os direitos iguais entre homens e mulheres, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos “que declara que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza” (PINAFFI, 2012, p. 01).

Na década de 1970 surgem, no Brasil, as primeiras organizações de cunho feminista, comprometidas com uma agenda contra o machismo e a favor dos direitos das mulheres. Nesta época ainda estava vigente o Código Civil de 1916, que assegurava ao homem a posse da mulher com a qual estabelecia a relação de esposo. Desta forma, inúmeros direitos da esposa ficavam restritos e estavam sujeitos à permissão do homem para que ela pudesse exercê-los (CUNHA, 2014, p. 155). Consequentemente, ocorrências de violência doméstica que são atualmente consideradas crime, não eram configuradas como tal na década de 1970.

Como exemplo, temos em 1976, o brutal assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu ex-marido, Raul Fernando do Amaral Street (Doca) que não se conformou

com o rompimento da relação e acabou por descarregar um revólver contra o rosto e crânio de Ângela. Sendo levado a julgamento foi absolvido com o argumento de haver matado em 'legítima defesa da honra'. (PINAFL, 2012, p. 04)

Em 1979, foi realizada a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, também conhecida como a Convenção da Mulher. Refere-se ao primeiro tratado internacional a abordar os direitos humanos das mulheres. A CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women), sigla em inglês para a Convenção da Mulher, representou um grande passo no tocante às normas e leis que viriam a promover direitos iguais entre mulheres e homens nas décadas seguintes. O acordo entrou em vigor em 1981, assinado por setenta e quatro países, incluindo o Brasil.

A década de 1980 foi marcada pelos avanços dos movimentos contrários à violência contra a mulher: capitais como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro criaram o SOS Mulher. Este se configurava em um espaço de acolhimento e atendimento para as mulheres vítimas de violência (PINAFL, 2012, p. 04-05). Outros direitos e políticas públicas foram conquistados através de conselhos e revisões de leis até então vigentes:

A busca destes dois movimentos — de mulheres e feministas — por parcerias com o Estado para a implementação de políticas públicas resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983; na ratificação pelo Brasil da CEDAW em 1984; ao que se seguiu, em 1985, a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). A criação das Delegacias de Defesa da Mulher foi uma iniciativa pioneira do Brasil que mais tarde foi adotada por outros países da América Latina (PINAFL, 2012, p. 05).

Apesar de inúmeros avanços ocorridos durante este período, o Código Penal vigente na década de 1980 previa que casos de estupro, por exemplo, deveriam ser denunciados mediante autorização do marido, caso a vítima fosse casada. Desta forma, casos de violência doméstica sexual contra a mulher não eram reconhecidos como crime e, ainda que fossem, não seriam denunciados, uma vez que precisariam da permissão do próprio agressor para serem delatados.

Somente com a Constituição Federal Brasileira de 1988, em vigor até os dias atuais, homens e mulheres passam a ser iguais perante a lei, incluindo a vida matrimonial. Fica garantida também assistência do Estado para coibir a violência dentro das relações familiares, presente no artigo 226 da Constituição Federal, no parágrafo 8. A esfera do direito, entretanto, ainda é amplamente constituída por homens, conseqüentemente todo o sistema legislativo e jurídico “ainda se encontra estruturado sobre a figura masculina” (CUNHA, 2014, p. 156).

Foi na década de 1990 que surgiram várias instituições voltadas exclusivamente à defesa da mulher que sofrem violência doméstica. “Dentre essas instituições destacam-se as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Casas-Abrigo, Defensoria Pública e Centros de Referência Especializado de Assistência Social” (FONSECA, 2015, p. 16).

Ainda assim, apenas em 1993 os Direitos Humanos passaram a reconhecer que os direitos das mulheres são parte integral e absoluta dos direitos humanos universais. E, ainda neste ano, foi implementada a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, a qual o Brasil também é signatário (CUNHA, 2014, p. 160).

Em 1995, o Brasil assinou o único tratado internacional que se pauta exclusivamente na violência de gênero, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como a Convenção de Belém do Pará, que norteia medidas e políticas públicas para a proteção à mulher (CUNHA, 2014, p. 160).

Em 2005, o Brasil, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, publicou diretrizes e medidas referentes ao enfrentamento da violência contra a mulher, conhecido como Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Até março deste mesmo ano “o Código Penal Brasileiro previa (art. 107, VII) que se o estuprador casasse com a mulher estuprada [...] extingua-se a punibilidade do delito” (FONSECA, 2015, p. 20). Esse artigo elucida que o problema em questão não era a violência e a agressão sofrida pela mulher, mas sim a honra desta que mantinha relações sexuais fora da instituição do casamento.

Somente em 2006, após a vítima Maria da Penha Maia Fernandes sofrer uma grave tentativa de homicídio por parte do seu ex-marido, o Brasil ganhou uma legislação específica para mulheres em situação de violência doméstica: a Lei Nº

11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Após esse breve histórico da luta feminina por direitos e igualdade na sociedade, verifica-se que as conquistas são relativamente recentes, uma vez que ocorreram em um período de pouco mais de meio século. No Brasil, em especial, a Lei Maria da Penha foi criada há apenas uma década, e alguns dos direitos assegurados através desta lei ainda estão em fase de implementação no país.

2.3.1 Lei Nº 11.340/2006: A Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, promulgada em agosto de 2006, entrou em vigor no dia 21 de setembro de 2006. A Lei, oficialmente denominada Nº 11.340/2006, é assim nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica que sofria violência doméstica do então marido Marco Antônio Heredia Viveiros.

Apesar da Lei ter sido sancionada somente em 2006, a história de Maria da Penha ficou conhecida em 1983, quando seu marido, após inúmeras agressões, lhe deu um tiro que a deixou paraplégica. Posteriormente, foi mantida em cárcere privado, por onde passou por mais agressões e até uma nova tentativa de homicídio, desta vez por eletrocução (PORTAL BRASIL, 2012). Heredia Viveiros foi condenado a oito anos de prisão, mas cumpriu somente dois destes e foi solto em 2002.

A criação da Lei Nº 11.340/2006, contudo, não se deu por decisão e iniciativa única do Governo Federal, foi necessário que o Brasil fosse denunciado internacionalmente a respeito desse caso, para que providências fossem tomadas.

Em 2001, o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos, OEA, pelo caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu uma tentativa de homicídios e novas agressões em maio e junho de 1983 do ex-marido, sem que ele fosse devidamente punido pela Justiça brasileira (FONSECA, 2015, p. 24).

A Lei Maria da Penha surge como um avanço no tocante ao combate à violência de gênero, tornando-se um marco que ratifica os instrumentos constitucionais de proteção à família, ao passo que reconhece os direitos humanos das mulheres. Esse tipo de violência que não passa despercebida, mas que até então era naturalizada e tolerável pela sociedade, sai da invisibilidade do direito e passa a ganhar espaço como política de Estado.

O tratamento diferenciado previsto na Lei Maria da Penha ofertado à figura feminina não remete à generalidade de sua vitimização, mas sim, à necessidade, por sua vulnerabilidade histórica, de proteção especial por parte do Estado (OLIVEIRA, 2012, p. 163).

A Lei dispõe de sete títulos que tratam desde a definição de violência até como deve ser feito o atendimento e acompanhamento das vítimas. Em seu Art. 1º esclarece que:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Em seu Artigo 5º, a Lei Nº 11.340/06 define violência doméstica contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). O texto trata ainda das medidas de prevenção da violência doméstica e familiar, através de ações a nível Federal, Estadual e Municipal, além de organizações não-governamentais. A realização de campanhas em escolas, bem como propagandas em mídia de caráter educativo e instrutivo fazem parte da agenda de medidas preventivas. No tocante às medidas de proteção de urgência, a Lei explana em seus Art. 18 e 19:

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado

(BRASIL, 2006).

Caso se faça necessário, quando a vítima não dispõe de um local para ficar, tal como casa de amigos ou familiares, ou na eventualidade da mulher não se sentir protegida, o juiz poderá “encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento” (BRASIL, 2006).

Os serviços disponíveis à ofendida incluem, mas não se limitam a, atendimento médico, psicológico, assistência jurídica e abrigo. Através da Defensoria Pública, à mulher fica disponível o serviço de assistência judiciária gratuita para acompanhamento e defesa do caso. A implantação dos instrumentos de atendimento à mulher fica disposta e prevista nos Artigos 29 e 35, através da criação de equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

A Lei Nº 11.340/06 representa um grande passo para o diálogo a respeito da violência doméstica e familiar contra as mulheres. A proposta da lei à mulher é garantir “as condições mínimas para que possa recomeçar a sua vida longe da situação de violência” (FONSECA, 2015, p. 31). A Lei Maria da Penha permite que qualquer cidadão realize a denúncia de violência, o que exclui a responsabilidade da vítima ser a única pessoa capaz de relatar a ocorrência. Ela garante proteção às vítimas e visibilidade à problemática, até então enraizada na sociedade, porém pouco discutida

e abordada.

2.4 REDE DE ENFRENTAMENTO

A criação de uma equipe de atendimento multidisciplinar se configura na Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. A Rede nada mais é do que a atuação estruturada dos diversos serviços de apoio e atendimento à mulher em situação de violência. Acredita-se que “o enfrentamento do problema exige políticas públicas e só se efetivará quando houver o encadeamento de ações multidisciplinares” (TELES, 2006, p. 58).

Entende-se por rede de atendimento a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, com vistas à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e ao desenvolvimento de estratégias de prevenção (BRASIL, 2007, apud FONSECA, 2015, p. 34-35).

A Rede de Atendimento, ou Rede de Enfrentamento, é constituída por serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e serviços não-especializados. Os serviços especializados são aqueles de suporte exclusivo à vítima, tais como Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Juizados, Abrigos, Casas de Acolhimento, Defensorias Especializadas, Central de Atendimento Ligue 180. Os serviços não-especializados, por sua vez, compreendem unidades de saúde, hospitais, maternidades, IML, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), outras delegacias (VASCONCELOS, 2016, p. 16).

A violência doméstica se configura em um tipo de agressão específica, que requer medidas próprias voltadas ao seu enfrentamento. Ela aciona diferentes eixos e serviços governamentais e não-governamentais, que precisam atuar de forma articulada, a fim de garantir um atendimento mais rápido e eficaz à vítima.

A estrutura da Rede, “cuja finalidade é superar a desarticulação e segmentação dos atendimentos voltados às mulheres” (VASCONCELOS, 2016, p. 99), estabelece uma relação de assistência integral e multidisciplinar às vítimas de violência doméstica e familiar.

Segundo FONSECA (2015, p. 35-36), Aracaju – SE conta com os principais órgãos e serviços de atendimento e proteção à mulher, que podem ser encontrados na Figura 1: (1) Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); (2) , Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM); (3) Instituto Médico Legal (IML); (4) Unidade de Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual; (5) Juizado Especial de Violência Doméstica; e Casa Abrigo Professora Núbia Marques.

Figura 1: Principais Serviços da Rede de Enfrentamento em Aracaju



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2017

A) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Na capital sergipana, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) faz parte do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV). A DEAM, criada em 25 de outubro de 1986, foi uma das primeiras delegacias a funcionar no Brasil. Há 20 anos “vem atuando de forma ampla e conscientizadora, buscando resgatar a autoestima feminina” (TELES, 2006, p. 11).

A Delegacia não possui caráter único de repressão aos agressores, mas assume o papel de um espaço de apoio e acolhimento inicial às vítimas que a procuram. O próprio ambiente da Delegacia facilita a relação entre delegadas, psicólogas, atendentes e vítima, “uma vez que o órgão não se caracteriza como uma Delegacia comum, isto é, a estrutura física é similar a um prédio administrativo de qualquer outro serviço público” (VASCONCELOS, 2016, p. 101).

B) Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Aracaju conta ainda com seis unidades de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Esse serviço é voltado para o atendimento psicológico e social e realizam acompanhamento dos casos de violência. Os CREAS são responsáveis pelo acolhimento das mulheres e dos seus filhos, se for o caso, e devem auxiliar no fortalecimento da autoestima da vítima.

C) Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

O Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher conta com uma equipe multidisciplinar que dá suporte não só jurídico – tanto cível quanto criminal –, mas também com profissionais da área psicológica, social e da saúde.

D) Casa Abrigo

A Casa Abrigo Professora Núbia Marques está presente na capital sergipana desde fevereiro de 2004. Sua localização é mantida em sigilo, que é uma das premissas para a manutenção de um serviço desta natureza.

A casa abrigo foi pensada originariamente para acolher apenas mulheres em situação de violência que corressem risco de morte. [...]. Com o advento da Lei Maria da Penha e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres foram levantados novos desafios para a política nacional de abrigamento, que deveria acolher não somente as mulheres em extremado risco de morte, mas também aquelas que sofrem graves ameaças [...] (FONSECA, 2015, p. 42).

É importante salientar que a política nacional de abrigamento prevê acolhimento para as mulheres que sofrem ameaças, contudo não se trata da casa-abrigo, e sim da casa de acolhimento. Enquanto a primeira consiste em um espaço sigiloso, para permanência de longa duração (até 180 dias), a segunda refere-se a um serviço não-sigiloso, de curta duração (média de 15 dias), capaz de auxiliar a mulher a respeito da sua situação e encaminhá-la aos demais serviços competentes.

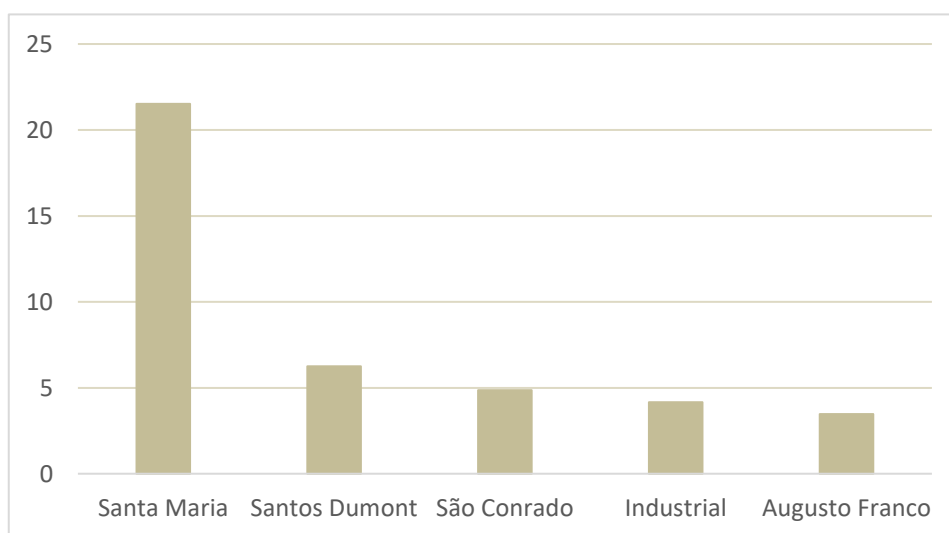
Casas-abrigo são locais que oferecem moradia segura e temporária às vítimas, durante o período necessário para que estas retomem suas vidas. A média de tempo que as mulheres permanecem em uma unidade de abrigamento é de três meses, podendo chegar a até seis, enquanto correm processos, espera-se por decisões judiciais, ou aguarda-se a expedição de medidas protetivas.

Em Aracaju, não há casa de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência. [...]. Dessa maneira, em virtude da inexistência de casa de acolhimento provisório, que possui regras mais maleáveis, por ser utilizada em hipóteses de abrigamento de curta duração, todas as demandas são encaminhadas à casa-abrigo, que possui estrutura mais rígida (BRASIL, 2001, apud FONSECA, 2015, p. 45).

Em Aracaju, a unidade possui capacidade para abrigar até vinte pessoas, que inclui mulheres vítimas e crianças dependentes destas. A equipe de atendimento é composta por assistente social, psicóloga e educadoras sociais, que fazem o acompanhamento das mulheres e seus dependentes durante o período de abrigamento (FONSECA, 2015, p. 47).

Dentre as vítimas que se encontravam na Casa-Abrigo entre 2006 e 2009, 21,52% eram do bairro Santa Maria. O bairro Santos Dumont foi responsável por 6,25% dos casos de abrigamento, seguido do bairro São Conrado, com 4,86% (OLIVEIRA, 2010, p. 56). O Gráfico 5 mostra os cinco bairros com as maiores taxas de vítimas em situação de abrigamento na capital sergipana.

Gráfico 5: Origem das vítimas da Casa-Abrigo (2006 – 2009)



Fonte: Adaptado de Oliveira, 2010

Os serviços de atendimento à mulher oferecidos atualmente pela prefeitura de Aracaju constituem um sistema organizacional que pretende oferecer suporte integral às vítimas, mas que enfrenta barreiras no compartilhamento de informações e acompanhamento das mesmas. O modelo organizacional prevê assistência articulada, em oposição ao emprego de ações isoladas, e está em constante expansão

e crescimento. Os objetivos da estrutura em rede somente serão atingidos se houver acordo entre os serviços disponíveis, bem como discernimento a respeito da rede já existente.

Frente ao que foi evidenciado no tocante à rede de atendimento à mulher de Aracaju, faz-se necessário “avançar nessa estrutura, a fim de concretizar a proteção social à mulher, efetivando a oferta de atendimento integral” (VASCONCELOS, 2016, p. 121).

2.5 PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA

Lançado em março de 2013, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, o Programa Mulher: Viver sem Violência, instituído através do Decreto Nº 8.086, em agosto de 2013, surge com objetivo de:

[...] integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira (BRASIL, 2013).

O Programa atua em 26 unidades federativas, que aderiram entre 2013 e 2014, com exceção do estado de Pernambuco, que não faz parte desta iniciativa. De acordo com o Decreto, instaurado em 2013, o Programa possui cinco eixos de atuação, descritos no Art. 3º:

Art. 3º O Programa Mulher: Viver sem Violência será desenvolvido, principalmente, por meio das seguintes ações:

I - implementação das Casas da Mulher Brasileira, que consistem em espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência;

II - ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;

III - organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;

IV - ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, que consistem em serviços especializados de atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero, incluídos o tráfico de mulheres e as situações de vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório; e

V - promoção de campanhas continuadas de conscientização do enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2013).

O Estado de Sergipe faz parte do Programa Mulher: Viver Sem Violência desde setembro de 2013, anunciado através do então governador em exercício Jackson Barreto. Na ocasião, foram implantadas duas unidades móveis, previstas no Programa, para promoção de serviços principalmente em cidades do interior.

O Programa Mulher: Viver sem Violência corresponde ao que está previsto na Lei Maria da Penha, que se compromete em criar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, através das instâncias Federais, Estaduais e Municipais, aliadas a iniciativas não-governamentais. Deste modo, pode-se entender o Programa como um marco na criação e ampliação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência.

2.5.1 Casa da Mulher Brasileira

A implementação da Casa da Mulher Brasileira – CMB, prevista no inciso primeiro do Art. 3º do Decreto Nº 8.086, consiste em um dos principais eixos de atuação do Programa. O espaço traz um novo modelo de articulação dos serviços voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher no país. Neste local os serviços serão voltados não só à coibição da agressão, mas também à independência financeira e ao empoderamento e autoafirmação da vítima.

O atendimento especializado às mulheres se dá através dos serviços que a Casa dispõe, entre eles: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, promoção de autonomia econômica, delegacia, juizado/varas especializados, Ministério Público, Defensoria Pública, brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes (BRASIL, 2015).

A Casa da Mulher Brasileira – CMB deverá disponibilizar assistência qualificada, respeitando as decisões da mulher ao longo do processo, certificando-se de que ela está compreendendo e concordando com os procedimentos realizados:

A) Acolhimento e Triagem: É a porta de entrada para o serviço, onde se inicia o atendimento e encaminhamento para outros serviços necessários.

B) Apoio Psicossocial: Atendimento social e psicológico para reestabelecer

a confiança e autoestima da mulher.

C) Promoção de Autonomia Econômica: Se o acolhimento é a porta de entrada, a autonomia econômica é a porta de saída da Casa da Mulher Brasileira. Se faz necessário oferecer condições para que a mulher alcance autonomia econômica, através da formação e capacitação profissional e da inserção no mercado de trabalho. Contudo, não se faz claro o modo como será feita a promoção da autonomia financeira.

D) Juizado especializado: Julga as causas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher, baseado na Lei Maria da Penha.

E) Ministério Público: Fiscaliza serviços oferecidos por toda rede de atendimento à mulher.

F) Defensoria Pública: Assistência jurídica e orientação sobre os direitos das vítimas.

G) Brinquedoteca: Acolhem e dão assistência às crianças que aguardam atendimento delas ou das mães/responsáveis.

H) Alojamento de Passagem: Abrigamento temporário, semelhante à casa de acolhimento, para mulheres que corram risco de morte ou que estão sob graves ameaças.

I) Central de Transporte: Facilita o fluxo e deslocamento das mulheres para outros serviços de apoio e proteção que não estão presentes na Casa.

No Brasil existem três Casas em funcionamento. A primeira, localizada em Campo Grande – MS (Figura 2), foi inaugurada em fevereiro de 2015. Seguida desta, foram inauguradas também em Brasília – DF e Curitiba – PR. Programada a construção de uma unidade por capital brasileira, a Casa já é promessa no estado de Sergipe desde 2013, quando a unidade federativa adotou o Programa Mulher. Foi somente em abril de 2016, contudo, que o terreno para a construção da edificação foi cedido pelo governo. Apesar das expectativas de concluir um processo licitatório e finalizar a construção da Casa ainda no ano de 2016, o terreno localizado na Avenida Maranhão, em Aracaju, permanece intacto, apenas demarcado com um *outdoor* que promete “futuras instalações”, conforme Figura 3.

Figura 2: Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

Figura 3: Terreno para futura Casa da Mulher Brasileira em Aracaju

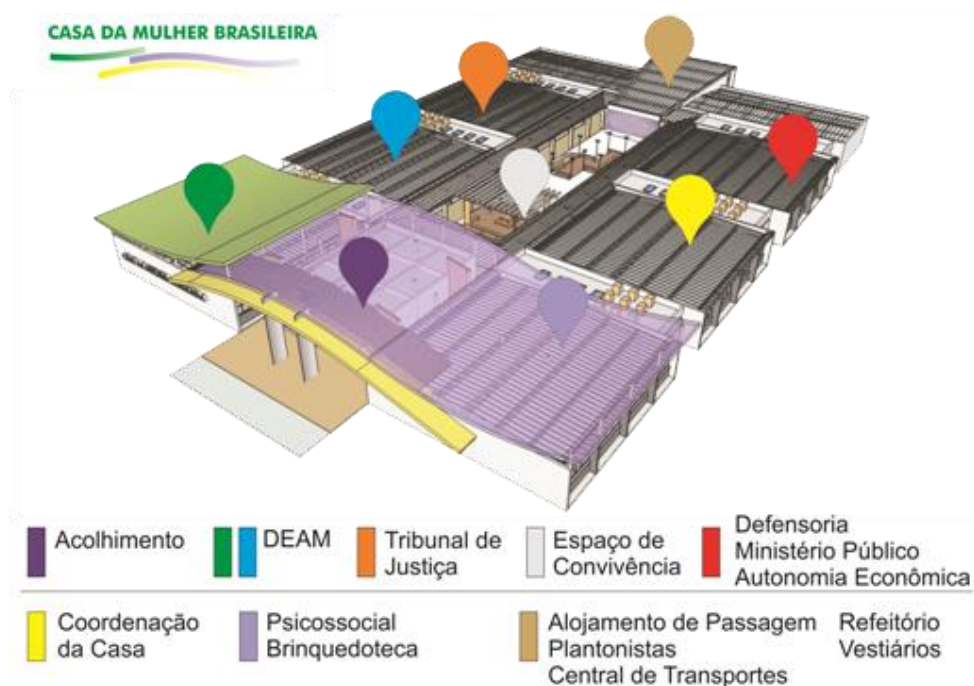


3. ESTUDO DE CASO

3.1 ANÁLISE DA CASA DA MULHER BRASILEIRA

Este estudo de caso busca analisar a Casa da Mulher Brasileira - CMB, que se configura hoje como o que há de mais moderno para o combate à violência contra a mulher no Brasil. A estrutura da CMB corresponde a um espaço onde a vítima pode encontrar todos os serviços que o Estado pode oferecer, voltados ao enfrentamento desse problema, como demonstra a Figura 4.

Figura 4: Setorização de serviços



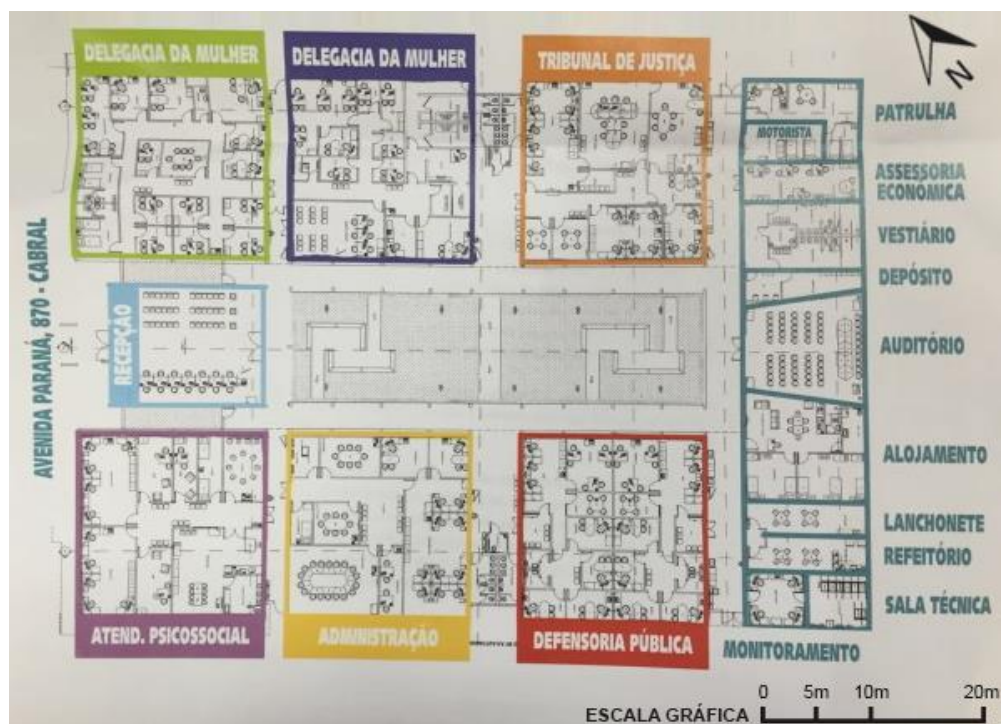
Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

O intuito de reunir todos os serviços em um único espaço para otimizar o atendimento e beneficiar a vítima é extremamente significativo. Entretanto deve-se observar o programa da Casa, que se repete como um padrão em todas as cidades em que já foi e será implantada. Os serviços disponíveis dentro da estrutura de uma unidade da CMB configuram um modelo que ignora a presença de equipamentos já existentes nas cidades onde ele é implantado. Nas cidades de Brasília e Curitiba, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira foi implantada a 10min (distância percorrida de carro) de uma Delegacia da Mulher.

Cada serviço disponível na CMB está localizado em um bloco distinto: à frente

a recepção, de um lado a delegacia da mulher e o tribunal de justiça, do outro lado o atendimento psicossocial, administração e a defensoria pública. Ao fundo, em um único bloco, localizam-se a central de transportes, serviço de assessoria econômica, vestiários, depósito, auditório, alojamento de passagem, lanchonete, refeitório e sala técnica para funcionários. A implantação da Casa compreende oito pavilhões dispostos em volta de um pátio central de uso comum a vítimas e funcionários (Figuras 5 e 6). A fachada principal é branca e possui um telhado curvo, marcado pelas cores verde, amarelo e roxo.

Figura 5: Planta Baixa esquemática da CMB - Curitiba



Fonte: Portal Paraná, 2015

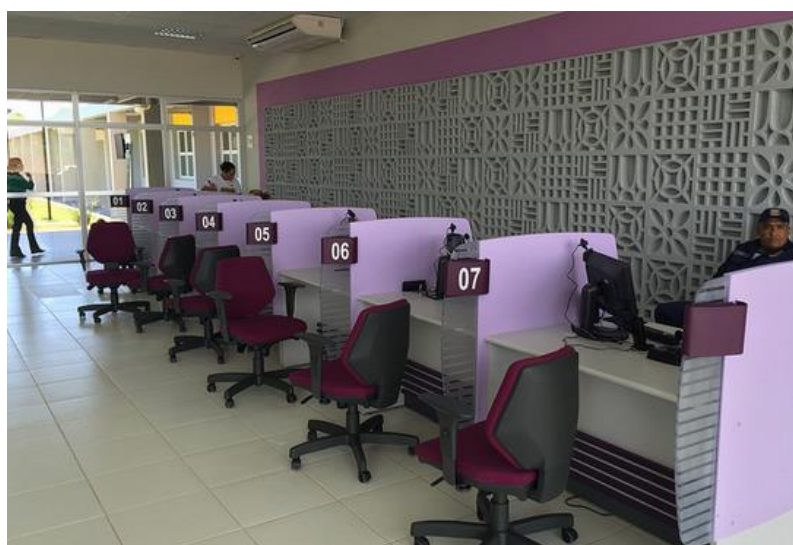
Figura 6: Pátio interno – CMB em Campo Grande



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

O atendimento inicia-se na recepção, conforme a Figura 7, onde é realizado o serviço de triagem e acolhimento inicial da vítima. O espaço lembra uma sala de espera, com cadeiras dispostas em fileiras, umas atrás das outras, de frente para balcões de atendimento. O ambiente da recepção é replicado em todas as unidades: a cor roxa, o modelo dos guichês e cadeiras, bem como a disposição do mobiliário e a presença do painel de cobogós localizado atrás do balcão de atendimento. É nesse espaço onde os profissionais são informados pelas mulheres qual o serviço que estas estão procurando. A partir desse primeiro contato, as vítimas são encaminhadas para os outros serviços disponíveis na Casa.

Figura 7: Recepção – CMB em Campo Grande



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

Realizada a triagem e o acolhimento, a mulher pode ser encaminhada para qualquer serviço que tenha solicitado: delegacia da mulher, atendimento psicossocial, tribunal de justiça, defensoria pública, central de transportes ou assessoria econômica.

Caso seja necessário registrar algum boletim de ocorrência, a mulher será conduzida à delegacia da Mulher. Esse setor consiste em duas salas com várias cabines de atendimento que buscam proporcionar privacidade na hora de relatar os fatos ocorridos. A compartimentação dos ambientes em pequenos espaços desumaniza o atendimento, assemelhando aos serviços corriqueiros e administrativos de escritórios no geral.

O bloco do Tribunal de Justiça pode ser procurado pela mulher que está à espera de uma medida protetiva, ou de um mandado de prisão do agressor. A presença desse serviço é controversa no tocante à preservação da integridade da mulher, pois através deste, não só a mulher vítima de violência, como também o agressor possui acesso à Casa. Uma vez que o julgamento do caso poderá ocorrer através do TJ localizado na CMB, o responsável pelas agressões será admitido nas dependências supostamente exclusivas para as mulheres.

Através do atendimento psicossocial as vítimas podem fazer acompanhamento com profissionais da área do serviço social e da psicologia. O atendimento pode ser realizado em grupo, com outras mulheres que sofreram violência doméstica e familiar, ou de modo individual. Além das salas disponíveis para as sessões, o bloco de atendimento psicossocial conta com uma brinquedoteca, onde as mães podem deixar seus dependentes durante o tempo em que recebem assistência.

O pavilhão da administração trata-se de um espaço necessário para gestão da Casa. Nele estão localizados postos de trabalho para serviços de diretoria e coordenação, bem como espaços para eventuais reuniões.

A Defensoria Pública, juntamente com o Ministério Público, por sua vez, presta assessoria jurídica às mulheres e as informa a respeito das leis que se referem a elas, ao passo que fiscaliza os serviços executados por outros órgãos presentes na instituição. Sua localização, em frente ao Tribunal de Justiça, se faz apropriada visto que favorece a comunicação dos serviços, onde ambos lidam com a esfera jurídica.

O bloco único localizado na fachada posterior da construção engloba diversos serviços. A central de transportes representa uma inovação nos serviços de apoio à mulher, pois é capaz de conduzir a vítima para atendimentos que não estão contemplados na CMB, como hospitais, postos de saúde, maternidades, casa-abrigo e encaminhamento para exame de corpo de delito. O serviço funciona integralmente, 24h/dia, durante todos os dias da semana, bem como todos os outros órgãos existentes na Casa. O espaço consiste em uma espécie de alojamento para policiais e motoristas, com sala de descanso e locais de espera enquanto aguardam a próxima patrulha.

A sala de assessoria econômica é um ambiente relativamente pequeno, especialmente se comparado aos outros serviços, o que dá a sensação de ser um setor pouco desenvolvido. Nesse local, profissionais realizam atendimento às mulheres que necessitam de auxílio para conquistar autonomia econômica e se desvencilhar da situação de violência. Através dessa assessoria a mulher recebe informações sobre como gerir economicamente a sua casa e é encaminhada para o Núcleo de Apoio ao Trabalho, onde será inserida no mercado de trabalho.

São as mulheres pobres, negras, assim como de baixa escolaridade, as mais atingidas por essa violência. Esse perfil traçado remete à discussão da necessidade de incentivar a autonomia plena feminina, especialmente, a financeira, a qual daria margem à superação do estado de vulnerabilidade social em que a maioria se encontra (VASCONCELOS, 2016, p. 60).

O papel desse serviço não fica claro, contudo, em relação à situação das mulheres que não possuem experiência, formação ou qualquer nível de escolaridade mínimo para ser admitida em um emprego. Não há espaço para que sejam realizadas ações dentro da própria Casa da Mulher e não fica evidente se o programa prevê encaminhamento para cursos e grupos profissionalizantes para que a mulher seja preparada para o mercado de trabalho.

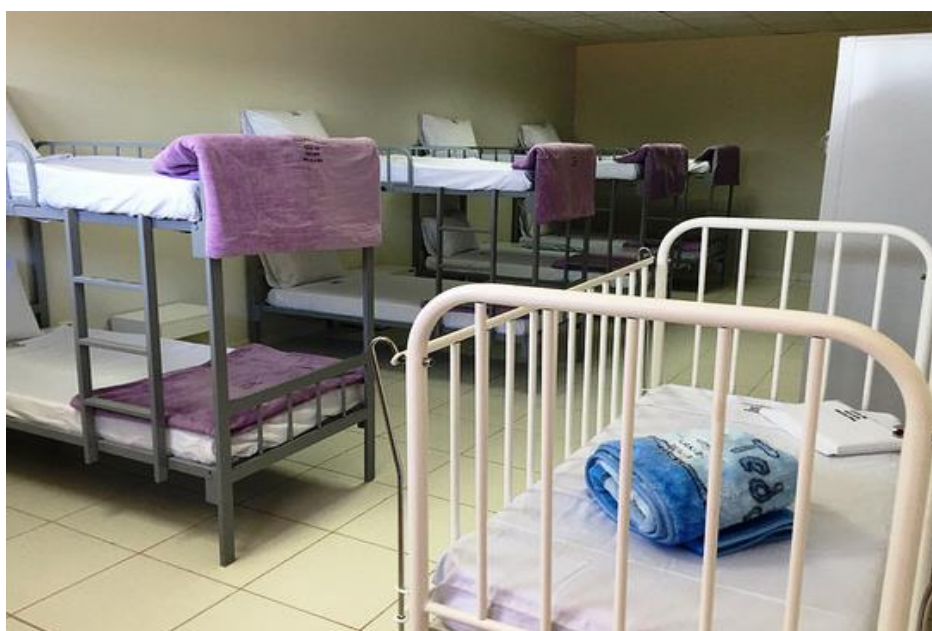
O alojamento, localizado também no bloco posterior, diferencia-se da casa-abrigo – visto que não possui caráter sigiloso – e a da casa de acolhimento, pois a primeira prevê um período de abrigamento máximo de 48h, enquanto esta última pode estender o tempo do abrigo em até 15 dias. Conforme apresentado na Figura 8, o local possui sala, cozinha e dois dormitórios (Figura 9) que abrigam de quatro a cinco pessoas por vez.

Figura 8: Alojamento de passagem – CMB em Campo Grande



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

Figura 9: Dormitório do alojamento – CMB em Campo Grande



Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015

O espaço da Casa da Mulher Brasileira acaba se tornando uma prisão, onde a vítima, especialmente a que está em situação de abrigo, está condenada a

viver reclusa. De pavilhão em pavilhão, a mulher recebe orientações de profissionais e, através de um único pátio central, possui alguma possibilidade de entrar em contato com outras pessoas e socializar.

3.2 ANÁLISE DA CASA ABRIGO PROF. NÚBIA MARQUES

O objetivo deste estudo de caso é tomar conhecimento da dinâmica de uma casa-abrigo, bem como da estrutura física necessária para o seu funcionamento. Trata-se especificamente da Casa Abrigo Prof. Núbia Marques, localizada no perímetro urbano da cidade de Aracaju – SE. A análise do abrigo foi realizada através de visita in loco, ocorrida em julho de 2017, e visa, ainda entender quais os espaços constituem a Casa e qual a relação da mulher em situação de abrigamento com o espaço em que ela passa a ser inserida.

Durante a visita foi possível conversar com a coordenadora da Casa, Edna Nobre, bem como a assistente social Antônia Menezes. Foi realizada também uma entrevista com uma mulher acolhida pelo abrigo, este depoimento está disponível no Apêndice B do presente trabalho.

O caráter sigiloso da Casa requer uma solicitação formal para que seus ambientes sejam visitados e fotografados. O local não dispõe de planta baixa ou qualquer tipo de desenho técnico, visto que seu endereço pode mudar em um determinado período de tempo para evitar comprometer a integridade dos que a frequentam – tanto vítimas como funcionários.

O abrigo “é uma instituição de medida protetiva e provisória, responsável por acolher mulheres em situação de violência doméstica, juntamente com filhos/as de menor idade” (FONSECA, 2015, p. 35-36), de caráter público municipal que dispõe de serviços especializados. Antes da inauguração da Casa, as vítimas podiam contar com outros abrigos públicos para acolhimento, contudo estes não eram especializados em violência doméstica e familiar, e englobavam os mais variados casos e situações.

A mulher pode ser encaminhada ao abrigo através do contato com a Delegacia da Mulher, por meio do CREAS, do CRAS, do Conselho Tutelar ou por intermédio de uma Unidade Básica de Saúde. O abrigamento pode ocorrer a qualquer instante, uma vez que a Casa funciona 24h/dia. O transporte da vítima deve ser feito

em um carro adaptado para que o trajeto não seja reconhecido e o endereço mantido em sigilo. Contudo, atualmente a prefeitura não dispõe deste tipo de veículo para realizar o percurso, o que compromete a segurança e a privacidade da Casa.

No momento em que ocorre o primeiro contato com a Casa-Abrigo, a mulher é apresentada aos espaços físicos do local e às regras de segurança que devem ser respeitadas. As normas incluem a proibição do uso de aparelhos celulares e objetos cortantes, garantidas através de um documento assinado pela vítima no dia do acolhimento. Através de um termo de responsabilidade “a usuária se compromete em obedecer às normas do abrigo e não quebrar o sigilo do endereço, caso venha descobri-lo” (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

A Casa Abrigo Professora Núbia Marques possui a capacidade para abrigar até vinte pessoas por vez, incluindo mulheres e seus dependentes até os 16 anos de idade. Atualmente o abrigo conta com três quartos (Figura 10), uma sala, brinquedoteca, cozinha, sala para refeições, dois banheiros, lavanderia e uma sala que atende o setor administrativo, psicológico e de assistência social (Ver Apêndice B).

A estrutura da casa é precária: dos banheiros existentes, por exemplo, somente um funciona (Figura 11) e é utilizado tanto pelas mulheres abrigadas quanto pelas funcionárias.

Figura 10: Quartos da Casa Abrigo



Figura 11: Banheiro da Casa Abrigo



A sala destinada ao setor administrativo e de atendimentos (Figura 12) conta somente com duas mesas, que não são suficientes para a quantidade de profissionais e não permitem a privacidade adequada para o atendimento psicológico, por exemplo. Há ainda nessa sala alguns armários que exercem a função de depósito para materiais de limpeza e higiene pessoal. Estes, de acordo com a coordenadora da Casa, Edna Nobre, não são suficientes para armazenar todo material necessário.

Figura 12: Administração



A Casa, que hoje conta com uma pequena escadaria, com alguns degraus no acesso principal, não é o local ideal para este tipo de abrigo de acordo com o Ministério Público. Para o órgão, a construção que melhor atende às necessidades deve ser térrea, não só por conta da acessibilidade, mas também de segurança, uma vez que a baixa autoestima e expectativa para o futuro pode levar as mulheres a cometerem atos que comprometem a própria vida.

Para que a mulher se habitue à dinâmica do abrigo, as atividades realizadas assemelham-se às de uma casa comum: cuidam dos ambientes, limpam seus próprios quartos, lavam os banheiros e suas roupas, além de assistirem os filhos rotineiramente. As refeições não são preparadas na Casa, chegam prontas para que as mulheres se sirvam. O café da manhã é servido até as 8h30min, o almoço por volta de 12h e o café da noite às 19h. Há ainda o lanche da manhã e da tarde, servidos entre as refeições principais. Existem, contudo, algumas outras normas que não se assemelham à rotina de uma casa comum, a exemplo dos cadeados que trancam a cozinha em determinado horário à noite e impedem que as mulheres tenham acesso a este ambiente.

As atividades que não estão relacionadas a afazeres domésticos incluem

rodas de conversa a respeito do empoderamento feminino, bem como filmes previamente selecionados que tratam do feminismo e da história de Maria da Penha. Há ainda eventuais palestras que podem ocorrer dentro do abrigo e eventos de outros abrigos, os quais as mulheres têm autorização de frequentar, como festas juninas, Páscoa e Natal.

Além das mulheres que são assistidas pela Casa e a coordenadora, o abrigo conta diariamente com duas funcionárias para apoio geral durante o dia, além de uma cuidadora social que acompanha as mulheres em possíveis deslocamentos. Durante o turno da noite a Casa conta com duas cuidadoras de plantão.

No momento da visita à Casa Abrigo, apenas duas mulheres estavam em situação de acolhimento e somente uma concedeu entrevista (ver Apêndice C). A entrevista foi realizada de modo a coletar informações a respeito da relação da mulher com o espaço, bem como os aspectos positivos e negativos do abrigo ao olhar das assistidas pela Casa. A entrevistada, que será tratada no presente trabalho sob nome fictício de Fátima Santos, está na casa há dois meses e meio, junto aos seus dois filhos.

Quando questionada a respeito do atendimento no âmbito da saúde, Fátima relatou que na Casa não existe sequer medicação básica, voltada a cólicas e dores de cabeça, e nem mesmo curativos ou medicamentos que auxiliem a cicatrização da pele caso necessário. Em sua fala, pontua:

Eu acho também que falta gente mais preparada, aula de primeiros socorros, medicação. [...] não tem nada. Nem sequer para um pequeno corte. Aí nesse caso vai resolver aqui mesmo, lava com sabão. É mais fácil resolver aqui mesmo. Usa o álcool, alguma coisa.

Em relação ao que falta na Casa, ou aos espaços que poderiam existir para tornar o local mais agradável e acolhedor, Fátima mencionou as áreas externas, e ambientes não só para as mulheres, mas para seus dependentes. Para ela “um espaço ao ar livre ou um jardim seria agradável. Se tivesse também uma área ou brinquedos seria muito bom. Geralmente as mulheres vêm com criança [...]”.

Apesar do uso de aparelho celular ser proibido nas dependências da Casa-Abrigo, a entrevistada Fátima Santos possui autorização para utilizá-lo, uma vez que em seu caso de violência doméstica o agressor não é o parceiro, mas sua cunhada.

O companheiro, por sua vez, atualmente reside em Portugal e Fátima aguarda permissão para sair do país com os filhos e reencontrá-lo. Por este motivo, ela precisa manter contato com o parceiro e possui consentimento da coordenação da casa para utilizar o aparelho celular. Foi possível perceber em sua fala que, ainda que exista uma sensação de aprisionamento dentro da casa, o sentimento de segurança não é presente durante o tempo em que ela está abrigada.

Eu mesma logo que cheguei na casa, fui assaltada dentro da casa. Ela era usuária de drogas e moradora de rua até então. [...] Eu nunca imaginei. Mas ela pegou um relógio e um celular e fugiu daqui da casa. E também falta isso né? Essa segurança. À noite a gente fica ainda mais com essa sensação de prisão.

É justamente esta sensação de prisão e isolamento do mundo que leva as mulheres a se desvincularem da Casa antes do seu inquérito policial ser concluído. Para que seja concluído o desabrigamento ideal da vítima, é necessário que a mulher esteja protegida do agressor: isto pode ocorrer através da concessão de uma medida protetiva ou da prisão do autor da agressão.

Existe, contudo, uma situação em que a mulher rompe com o abrigo, que acontece quando a usuária quebra as normas da Casa, retornando à DAGV onde serão tomadas providências. A terceira e última alternativa para o desabrigamento é por meio da saída voluntária, neste caso “a mulher opta por não dar continuidade ao abrigamento” (FONSECA, 2015, p. 50), e assina um termo que garante que a Casa-Abrigo não é mais responsável por sua integridade física.

Os casos em que a mulher opta pela saída voluntária, antes do inquérito policial chegar ao fim, consistem na maioria das situações de desabrigamento. Isso ocorre, pois, o isolamento da vítima com o restante do mundo causa uma sensação de confinamento onde a mulher está longe do convívio social e o agressor está livre e segue com sua vida sem maiores transtornos.

Em sua passagem pela casa-abrigo a mulher traz consigo, de modo intenso, a marca da violência. Tudo à sua volta a faz lembrar da violência sofrida, porque a violência é a própria condição de possibilidade para que ela esteja abrigada (FONSECA, 2015, p. 95).

De acordo com Oliveira (2010), em entrevista realizada com um advogado da Secretaria de Assistência Social, que trabalha diretamente com a Casa-Abrigo de

Aracaju, o profissional, a partir da sua experiência com as mulheres em situação de abrigo, acredita que:

A estrutura da casa no sentido de que por ser um local muito fechado, mais parece uma prisão *pros* usuários, não deixa eles tão à vontade, fica um clima muito tenso... Então eu acho que a gente precisaria de um local mais adequado, mais amplo, com jardim, quintal, brinquedos. Então um local que não tenha jeito e cara de prisão como tem hoje (p. 79).

A grande maioria das mulheres atendidas não tem renda própria, não tem emprego, não tem como se sustentar, então a gente vê que fica difícil para elas superar a violência (p. 80).

É importante ressaltar que, apesar de muitas mulheres optarem por sair antes do abrigo, bem como a fragilidade da estrutura que não é capaz de oferecer segurança sem aprisionar os usuários, a Casa é um espaço de acolhimento extremamente importante para a integridade da mulher. É nesse ambiente que vítimas, sob ameaças graves, procuram ajuda para recomeçar suas vidas longe da situação de violência. Dentre os equipamentos que compõem a rede de enfrentamento, cabe à Casa-Abrigo:

Papel de destaque nessa estrutura, geralmente acionada quando os demais órgãos não conseguiram equacionar a situação de violência ou quando a medida é emergencial em face de um risco iminente à vida ou à integridade da mulher (FONSECA, 2015, p. 51).

3.3 COLETIVO DE MULHERES DE ARACAJU

O Coletivo de Mulheres de Aracaju consiste em um grupo feminista que nasceu em 2012, após a primeira Marcha das Vadias realizada em junho deste mesmo ano na capital sergipana. A marcha em questão trata-se de um protesto organizado por mulheres que lutam contra o machismo e a opressão, em especial no tocante às situações de violência sexual.

Nós lutamos pela superação das opressões vividas diariamente pelas mulheres para que possamos exercer nossa liberdade em uma vida plena. Mas essa superação só será possível combatendo diretamente a exploração e opressão de todos os sujeitos (COLETIVO DE MULHERES DE ARACAJU, 2012).

O grupo consiste em uma organização não-governamental composta de mulheres dispostas a ajudar outras. Através de entrevista realizada com uma das integrantes do Coletivo, a psicóloga Franciele Gazola, foi possível entender melhor

como o grupo funciona. O coletivo promove palestras, debates e conferências a respeito da visibilidade do gênero, com temas como violência contra mulher, racismo, machismo, espaço no mercado de trabalho, maternidade e invisibilidade de mulheres trans. Participam, ainda, de mesas de discussões como as da Procuradoria do Município de Aracaju, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM).

Reuniões semanais são realizadas para manter o alinhamento do grupo e discutir pautas para os próximos ciclos de palestras, datas comemorativas ou manifestações. Os encontros ocorrem na residência das próprias integrantes, uma vez que o Coletivo não conta com um espaço físico onde pode se fixar.

Dentre as competências do Coletivo de Mulheres, está o apoio às mulheres em situação de violência na cidade de Aracaju. Por meio da página do Facebook, são recebidas as denúncias ou pedidos de ajuda, feitos pelas próprias mulheres em situação de violência ou por outras pessoas que tentam auxiliar de alguma forma. As integrantes da organização possuem as mais variadas formações, logo o grupo dispõe de psicólogas, jornalistas, poetas, advogadas, entre outras ocupações.

Através das psicólogas que integram o Coletivo, é oferecido apoio psicológico às mulheres que não conseguem vaga nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social da capital. O acompanhamento é realizado enquanto a vítima aguarda atendimento no CREAS. As advogadas que fazem parte do grupo oferecem assistência jurídica e informam as mulheres a respeito dos seus direitos e acompanham o andamento dos processos instaurados, bem como auxiliam no requerimento de medidas protetivas.

A equipe possui ainda uma espécie de serviço de transporte, operado pelas próprias integrantes, em seus carros particulares, que realizam o trajeto da mulher que necessita, por exemplo, se deslocar da delegacia para o IML, ou ainda da sua residência para outro local seguro. Se for necessário, o Coletivo acolhe e abriga as mulheres em situação de violência. Para este serviço não existe um local específico, desta forma a vítima pode ser abrigada na residência de alguma integrante da organização enquanto aguarda alguma medida protetiva ou encontra outro local para ficar.

O Coletivo de Mulheres de Aracaju constitui-se em um exemplo a respeito do

olhar não governamental no tocante ao enfrentamento do problema. Este tipo de serviço está previsto na articulação necessária para a manutenção da rede de atendimento, estabelecida através da parceria entre instituições governamentais e não-governamentais.

4. HUMANIZAÇÃO DA ARQUITETURA

O ambiente de atendimento à mulher, seja ele uma Delegacia Especializada ou uma Casa-Abrigo, pode ser intenso e desagradável, uma vez que tudo pode fazer a vítima lembrar da violência que sofreu. O estado psicológico da mulher tende ao estresse e à fragilidade, e estas sensações podem ser atenuadas ou acentuadas a depender do ambiente onde a vítima busca acolhimento.

A relação do comportamento do ser humano com os espaços físicos e o ambiente é objeto de estudo de um nicho de pesquisa dentro da psicologia, denominado Psicologia Ambiental. O modo como as pessoas se comportam pode influenciar ou ser influenciado pelo meio em que estão inseridas.

Gifford (2002) conceitua que ‘a psicologia ambiental estuda a transação entre os indivíduos e seus ambientes físicos. Nestas transações, os indivíduos mudam o ambiente e seu comportamento é mudado pelo ambiente. A Psicologia Ambiental inclui a pesquisa e a prática direcionadas para o fazer de construções mais humanas [...] (MATAI e MATAI, 2008, p. 25).

Dentro desta área de pesquisa existem diversos profissionais capazes de lidar com o comportamento humano dentro desses espaços, entre eles psicólogos, sociólogos e arquitetos e urbanistas. Esse campo busca intermediar os diálogos entre as áreas distintas, especialmente em como “o conhecimento psicológico e o arquitetônico pode alimentar a produção de um ambiente mais humanizado” (ELALI, 1997). De acordo com Kalache (2014, p. 46):

A expressão ‘ambiente humanizado’, em geral, refere-se a ambientes ‘aconchegantes’ ou que trazem uma ‘sensação de bem-estar’ [...] Quase sempre, o termo vem seguido da descrição física, com destaque para as cores, a iluminação, as texturas, os objetos decorativos e a presença de vegetação.

A importância da arquitetura, dentro do campo de pesquisa da Psicologia Ambiental, surge no processo de planejamento do ambiente construído, atrelado “à programação de necessidades e à formulação de estudos preliminares [...] em que o homem-usuário é o centro do ambiente ‘em fase de concepção” (ORNSTEIN, 2005, p. 158-159).

A arquitetura possui o poder de promover qualidade aos ambientes e

transformar os espaços em experiências positivas ou negativas aos usuários. Deve-se reconhecer que “o espaço físico influencia o comportamento e os sentimentos das pessoas” (CARDOSO, 2009, p. 04), e que o modo como ele se configura depende do tipo de ocupação que ocorre.

A partir da disposição do mobiliário em uma sala, por exemplo, pode haver não só a separação e o isolamento físico, mas também o isolamento social entre os usuários daquele ambiente (MATAI e MATAI, 2008, p. 35). Esse aspecto pode se estender às escolhas de cor, à temperatura do espaço construído e à presença de iluminação – artificial ou natural.

O processo de atendimento da mulher pode ser complicado. Ressalta-se que muitas vezes, a vítima precisa se distanciar da sua realidade, amigos, família, residência e objetos pessoais, o que altera seus costumes e muda seus hábitos, para se adequar a uma nova rotina. De acordo com esse raciocínio, e com objetivo a humanização de ambientes como uma forma de minimizar sensações negativas no processo de enfrentamento à violência doméstica, surge o conceito humanização da arquitetura. Em geral, voltado aos ambientes hospitalares, ou àqueles direcionados a crianças e idosos, esse tipo de arquitetura está sempre atrelada a usuários vulneráveis ou debilitados.

Deste modo, através do planejamento dos espaços físicos é possível causar relaxamento e promover a saúde mental das pessoas, especialmente em locais onde os usuários estão fragilizados e psicologicamente vulneráveis. Este tipo de perfil condiz com o retrato da mulher vítima de violência doméstica que busca ajuda em serviços que a afastem dessa situação.

Eis um dos momentos mais importantes e de fundamental relevância na composição dos conceitos de humanização: a percepção do quanto o conforto dos fatores ambientais pode contribuir. Deve-se considerar que, muitas vezes, esse mesmo ambiente pode tornar-se a residência temporária – ambiente primário – dos seus principais usuários (BITENCOUT, 2003 apud CURY, 2015, p. 22).

A humanização da arquitetura surge como um norteador de projeto, para concepção de espaços capazes de contribuir positivamente com a conduta de seus usuários. Existem diversos condicionantes ambientais que podem orientar para uma maior humanização do atendimento à mulher, Kalache (2014) destaca diretrizes

elucidadas por Nightingale, para a construção de ambientes equilibrados e de caráter terapêutico:

Importância da cura pela natureza: lugares arejados, iluminação adequada e ruídos suavizados proporcionariam o bem-estar, o restabelecimento e conforto desses indivíduos. [...] deve favorecer a retomada do equilíbrio físico e emocional, além de oferecer um espaço que condiz com uma assistência de qualidade prestada pelos profissionais (p. 45).

Entende-se, portanto, que o espaço físico se configura em um grande influenciador do comportamento humano, especialmente em usuários fragilizados, como é o caso da mulher que sofre violência doméstica. A nova realidade que é imposta a essas pessoas pode tornar-se uma experiência menos traumática se os ambientes proporcionarem bem-estar, segurança e, ao mesmo tempo, autonomia aos usuários.

4.1 HOSPITAIS DA REDE SARAH

Hospitais são vistos, no geral, como espaços que trazem experiências negativas aos seus usuários. Associados a um local de morte, sofrimento, aflição e dor, se faz necessário olhar para estes ambientes sob uma nova perspectiva arquitetônica. Um dos arquitetos mais importantes no Brasil, que propôs soluções projetuais voltadas a ambientes que abrigam usuários fragilizados, foi João Filgueiras Lima, popularmente conhecido como Lelé.

Com o intuito de melhorar a qualidade dos ambientes hospitalares, para que estes pudessem contribuir com o bem-estar e o conforto dos pacientes, o arquiteto traz em suas obras medidas projetuais que tornam os espaços mais humanos, menos frios e desagradáveis. Os hospitais da Rede Sarah (Figura 13), projetados por Lelé, são exemplos de espaços concebidos sob a ótica da humanização dos ambientes.

O que torna o ambiente 'humanizado' são atributos que lhe conferem escala e características compatíveis com as dimensões fisiológicas, psicológicas e morfológicas que o indivíduo carrega em si, assegurando alguma capacidade que este ambiente tem de interagir de maneira benéfica, agradável com o seu usuário (CIACO, 2010, p.68).

Figura 13: Hospitais da Rede Sarah, em Fortaleza (esquerda) e Rio de Janeiro (direita)



Fonte: CAU BR. Disponível em < <http://www.caubr.gov.br/a-morte-do-medico-alloysio-campos-da-paz-enlutece-a-arquitetura>>. Acesso em: 28 mar. 2017

A obra de Lelé segue um modelo arquitetônico de hospital contemporâneo, que tem como princípios a flexibilidade dos espaços, racionalização de recursos e elementos construtivos, preocupação com o conforto ambiental e atenção aos fluxos e circulação vertical e horizontal (RIBEIRO, 2007, p. 04).

O Centro Internacional de Neurociências e Reabilitação, Sarah Lago Norte – DF é uma das unidades que compõem essa rede de hospitais, voltado para o atendimento avançado no processo de reabilitação do paciente.

O centro de atendimento localiza-se em Brasília e foi implantado próximo a um lago (Figura 14), onde o próprio Lelé (2003) reconhece a importância do local escolhido para o projeto e em como isso reflete na qualidade dos espaços físicos:

[...] localizada em área ampla e aprazível na beira do lago, que possibilitasse a exploração de terapias ao ar livre, inclusive as ligadas a atividades náuticas, mas que, principalmente, fosse dotada de uma significativa estrutura de apoio à pesquisa e ao treinamento.

Figura 14: Vista aérea do Sarah Lago Norte, em Brasília



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

O terreno, onde está implantado o Sarah Lago Norte, possui uma declividade de mais de 20 metros, que foi utilizada para criar várias plataformas de ligação, através de rampas para os pedestres. Os diferentes níveis, como é possível observar na Figura 15, favoreceram a vista dos ambientes, uma vez que quase todos os espaços internos possuem visibilidade para a paisagem, que conta com um lago e presença de vegetação natural. Desse modo fica estabelecida uma relação entre o meio interno e o externo (Figura 16), que proporciona uma melhor noção do tempo fazendo com que o paciente se adeque melhor à nova rotina.

Figura 15: Corte esquemático em croqui



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

Figura 16: Sala de espera com vista para o lago



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

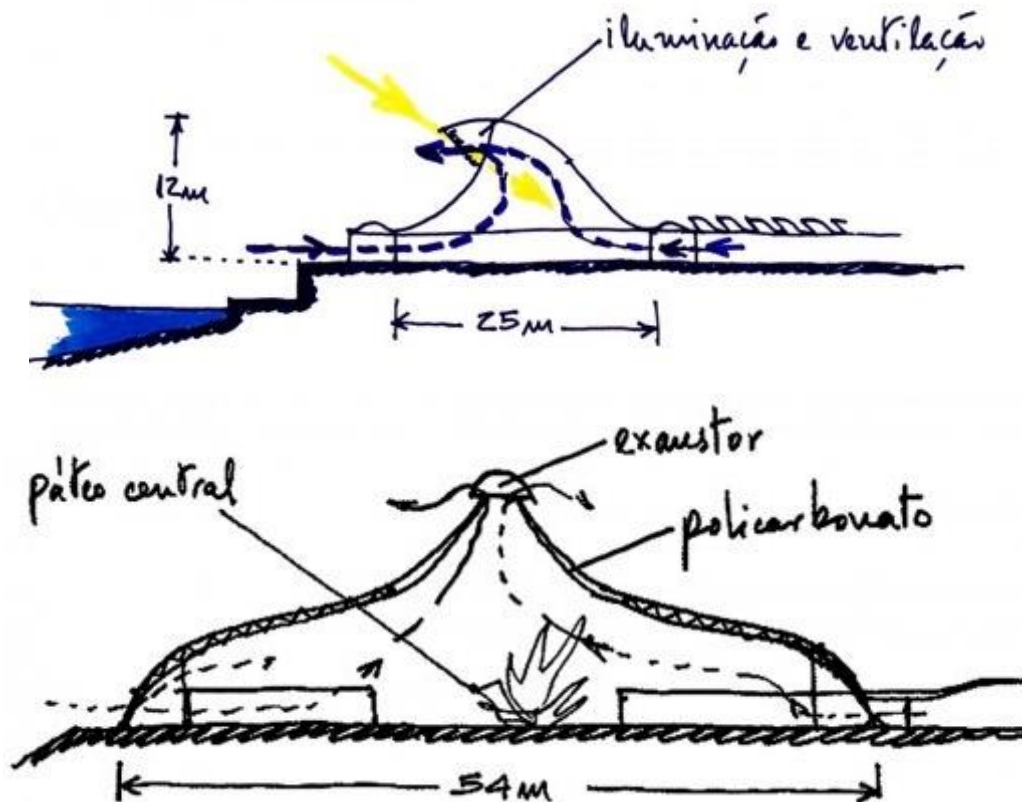
A sensação de bem-estar nos ambientes hospitalares surge a partir de diferentes vertentes: as cores utilizadas, a disposição do mobiliário, a presença de iluminação e ventilação naturais e a temperatura do espaço. Para que seja possível aplicar os princípios de conforto ambiental, se faz necessário realizar uma análise detalhada do terreno. Consequentemente, devem-se considerar circunstâncias básicas para a implantação do projeto como, por exemplo, a orientação solar, os ventos predominantes, a localização de aberturas, como portas e janelas e a presença de vegetação (RIBEIRO, 2007, p. 06). No Sarah Lago Norte, em especial, Lelé (2003) explana a respeito do sistema de ventilação adotado:

Nesse projeto adotou-se um sistema bem mais simples de ventilação natural, em que o ar penetra nos ambientes pelas portas de correr – que dão para o exterior sempre protegidas por varandas – e é extraído pelas aberturas dos *sheds*.

A utilização de elementos como *sheds*, para controle da iluminação, *brise-soleil*, varandas e outras aberturas, ao passo que permite a entrada de luz solar, protege os espaços no tocante ao conforto térmico, especialmente em um país tropical como o Brasil. Estratégias de projeto, como a ventilação cruzada e ventilação por

efeito chaminé (Figura 17), garantem que o edifício seja ventilado naturalmente, dispensando a utilização de ventilação mecânica.

Figura 17: Croquis do Sistema de ventilação natural



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

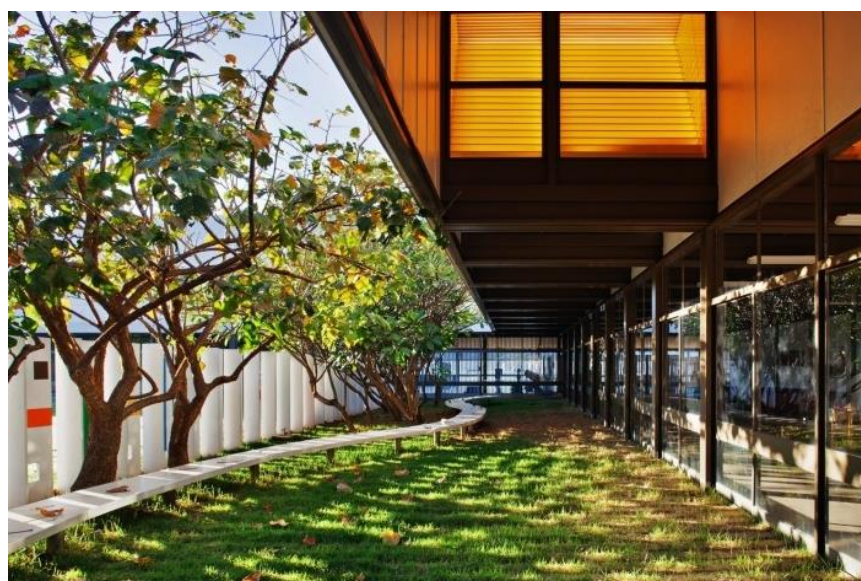
Outro aspecto relevante para a humanização do ambiente hospitalar, amplamente utilizado por Lelé, é a presença da vegetação como mecanismo capaz de oferecer benefícios ao paciente, na Figura 18 observa-se um jardim localizado no interior de um dos edifícios que compõem o Sarah Lago Norte e na Figura 19 um jardim junto ao hall principal. Através de jardins internos e externos é possível solucionar questões de conforto térmico e melhorar a atitude dos pacientes, uma vez que "a simples visualização das plantas pode reduzir o estresse" (SAMPAIO, 2004, p.173 apud CIACO, 2010, p. 90).

Figura 18: Área central do Centro de Apoio à Paralisia Cerebral



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

Figura 19: Jardim integrado ao hall principal



Fonte: VITRUVIUS. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017

Há ainda a presença da água nos projetos, aliada à utilização da vegetação, que também possui a capacidade de regular a temperatura do ambiente e, além disso, proporciona “conforto acústico, visual e olfativo, além de trazer para o ambiente uma sensação de aconchego” (CIACO, 2010, p. 90). A escolha da água como uma ferramenta de humanização dos ambientes, especialmente quando usada em

movimento, transmite a sensação de tranquilidade e equilíbrio que relaxa os pacientes submetidos a situações de estresse. O contato com a natureza, através da água e do verde, é capaz de melhorar significativamente o quadro clínico dos pacientes, além de influenciar positivamente as outras pessoas que circulam e trabalham no hospital.

As plantas, assim como a água, têm grande influência na questão do conforto térmico, visual, acústico e olfativo como também na sensação psicológica de aconchego, de contato com a natureza, que juntamente com a música, quadros e gravuras com motivos naturais, podem interferir positiva e benéficamente no bem-estar dos ocupantes de um ambiente, principalmente quando se tratar de um ambiente hospitalar e seu usuário for um ser fragilizado [...]" (SAMPAIO, 2004, p.173 apud CIACO, 2010, p. 90).

Por meio do que foi apresentado, observa-se que a humanização de ambientes hospitalares utiliza de uma combinação de diretrizes e requisitos capazes de assegurar benefícios aos que fazem uso daqueles locais. O modelo de humanização da arquitetura hospitalar pode ser aplicado em outros espaços voltados a usuários fragilizados, observando-se as ferramentas de projeto no âmbito do conforto ambiental e da percepção dos espaços por parte do usuário, tais como a vista dos ambientes e a presença de vegetação.

5. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

5.1 ESCOLHA E ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO DO TERRENO

A escolha do melhor local para ser implantada a Unidade de Atendimento, para posterior análise dos condicionantes ambientais e legislação vigente, deve corresponder à necessidade de uma série de fatores. Elementos a serem considerados incluem a articulação com a Rede de Enfrentamento existente na capital sergipana, a facilidade da mulher em acessar o serviço e a garantia de segurança à vítima e aos funcionários da unidade.

Deste modo, se faz importante explorar as possibilidades que uma área localizada na zona periférica e outra na zona central da cidade pode oferecer. É preciso analisar vantagens e desvantagens que a localização do terreno proporcionará à Unidade de Atendimento e às suas usuárias.

5.1.1 Zona Periférica

A escolha de um terreno em um local mais afastado das áreas consolidadas da capital (Figura 20) pode trazer alguns benefícios para aquelas que farão uso da Unidade de Atendimento. Uma das vantagens consiste na privacidade que existe em relação ao acesso, uma vez que se tratam de locais mais reservados, distante das áreas com maior fluxo de pessoas.

Ao optar por este tipo de zona, existe a sensação de que há maior possibilidade de garantir a segurança e a proteção dos usuários, tanto às vítimas quanto aos funcionários, visto que a unidade não contará com grande visibilidade da população em geral. Em contrapartida, localizar este tipo de serviço em um local com taxas de violência elevadas, como nos bairros periféricos da capital, é trazer o agressor para próximo da vítima, o que pode gerar eventuais constrangimentos ou novas ameaças e agressões.

Figura 20: Mapa Zona Periférica



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2017

O acesso ao local pode se tornar problemático, uma vez que zonas mais afastadas contam, por exemplo, com poucas linhas de ônibus, ou vias precárias, o que dificultaria o percurso da mulher até a unidade. A articulação com a Rede já existente pode se tornar dificultosa, uma vez que os principais serviços de atendimento estão localizados em uma porção central da capital sergipana. Salienta-se que o sentimento de isolamento da sociedade pode ser acentuado caso a área escolhida seja muito afastada, especialmente pela possível falta de estrutura no local.

5.1.2 Zona Central

Uma das vantagens mais pertinentes na escolha de um terreno localizado em uma área consolidada em Aracaju, apontada na Figura 21, está atrelada à facilidade das mulheres acessarem o serviço de modo independente. Ao optar por um terreno localizado nesta zona, é possível facilitar a articulação da Unidade de Atendimento com os outros serviços existentes da rede de enfrentamento, uma vez que estará mais próxima destes equipamentos.

Figura 21: Mapa Zona Central



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2017

É importante mencionar a exposição a qual a Unidade de Atendimento ficará sujeita a partir da implantação em uma área central, que pode dificultar a preservação da segurança e da privacidade dos usuários. Por outro lado, a visibilidade do equipamento traz benefícios à causa e à problemática da violência contra a mulher, uma vez que permite que a população tome conhecimento da sua existência. A Rede de Enfrentamento conta com serviços que algumas mulheres não sabem que existem, um exemplo é a Casa Abrigo. Há vítimas que não registram ocorrências de violência doméstica por não terem um local seguro para ir e não estarem informadas a respeito de locais de abrigamento. Vale ressaltar que, neste caso, a localização não é o único fator responsável pela falta de informação. A pouca divulgação dos equipamentos da Rede não permite que as vítimas saibam a quais serviços possuem direito.

A implantação da unidade em um bairro afastado das zonas com altos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher permite afastar a vítima da situação de violência doméstica que ela vivenciou.

5.1.3 O Terreno

Tendo em vista os aspectos positivos e negativos que foram levantados a respeito da escolha entre um terreno na área central ou periférica da cidade de Aracaju, optou-se por implantar a Unidade de Atendimento em uma zona central. Tal escolha se deu especialmente em virtude da articulação com a Rede de Enfrentamento (Figura 22), uma vez que a localização do terreno facilita a comunicação e o deslocamento entre os serviços existentes na capital sergipana.

Outro fator de extrema relevância que norteou a escolha do local é a oportunidade de manter a maioria das vítimas longe do seu agressor. O terreno escolhido se distancia dos bairros com as maiores taxas de violência doméstica, a exemplo dos bairros Santos Dumont, localizado ao norte da capital, e Santa Maria, localizado ao sul.

Figura 22: Articulação com a Rede de Enfrentamento



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2017

O terreno escolhido fica localizado no Bairro Suíssa, na cidade de Aracaju-SE, limitado ao norte pela Rua Leonel Curvelo e ao sul pela Rua Dr. José Calumby (Figura 23), com uma área de aproximadamente 8255 m². A via mais próxima encontrada ao oeste é a Rua Porto da Folha e a leste é possível acessar a Rua Nossa Senhora das Dores.

Figura 23: Localização do terreno e vias próximas



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2017

A Rua Dr. José Calumby (Figura 24) se trata de uma via de mão dupla, asfaltada e com presença de canteiro central sem calçada. Possui um baixo fluxo de veículos e é bastante arborizada. A Rua Leonel Curvelo (Figura 25) não se difere muito da anterior, uma vez que também é uma via de mão dupla e asfaltada. Contudo não possui canteiro central, seu fluxo de veículos é um pouco maior e dispõe de pouca arborização.

Figura 24: Rua Dr. José Calumby



Figura 25: Rua Leonel Curvelo



O terreno está incluído em uma Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do ano de 2000, vigente na capital sergipana. Em seu artigo 130, a lei expressa a definição de ZAP, dentro do macrozoneamento que existe em Aracaju:

Consideram-se Zonas de Adensamento Preferencial, aquelas em que o potencial construtivo, dado pela disponibilidade da infraestrutura básica, equipamentos urbanos, e boa acessibilidade, possibilitam adensamento maior que aquele correspondente, ao coeficiente único de aproveitamento [...] (Aracaju, 2000).

Deste modo, considera-se uma Zona de Adensamento Preferencial aquela que possui os condicionantes básicos para abrigar atividades de “uso residencial junto às atividades comerciais e de serviço” (Aracaju, 2000), através da presença de estrutura e infraestrutura no local.

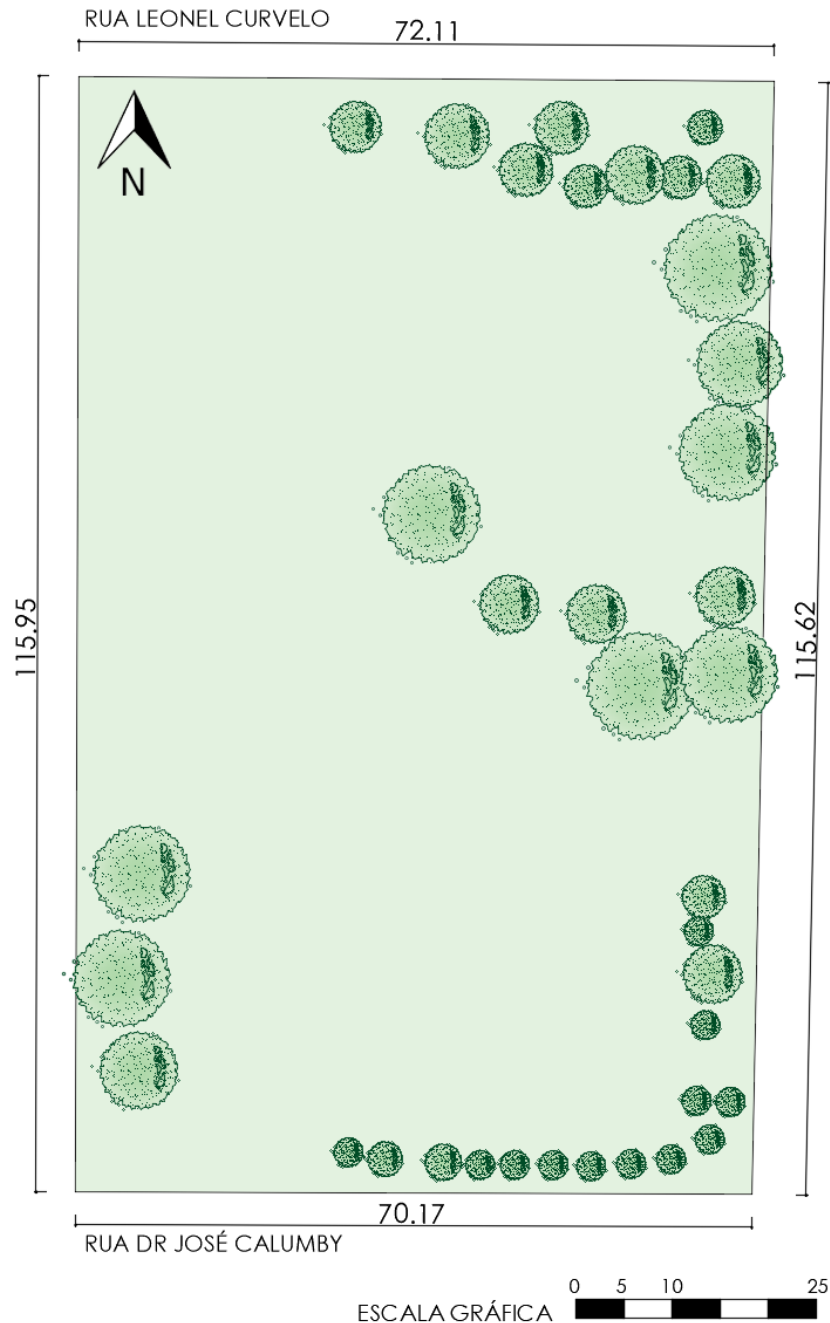
De modo mais específico, o terreno está localizado em uma ZAP 2, subdivisão atribuída de acordo com a localização do lote na cidade. Esta exige recuo mínimo, no pavimento térreo, de três metros em fachadas voltadas ao norte e ao oeste, mas isenta de recuo as fachadas voltadas ao sul e ao leste. A taxa de ocupação máxima permitida nesta zona é de 90% e o coeficiente de aproveitamento é 5, o que permite que o terreno abrigue uma ampla área construída.

O terreno possui largura de 70,71m em sua face voltada à Rua Dr. José Calumby e 72,11m na extremidade voltada à Rua Leonel Curvelo, seu comprimento fica em torno de pouco mais de 115m em ambos os lados. As grandes dimensões do terreno permitem abrigar um amplo programa, capaz de atender às necessidades das mulheres acolhidas e funcionárias, sem a necessidade de verticalizar o projeto.

Em sua condição atual, o local encontra-se fechado com muros altos e

proteção através de cercas elétricas. Foi possível constatar a presença de vegetação arbustiva, bem como a existência de algumas árvores (Figura 26). Dentre estas foram identificadas árvores frutíferas a exemplo de mangueiras, encontradas em grande quantidade.

Figura 26: Terreno Atual



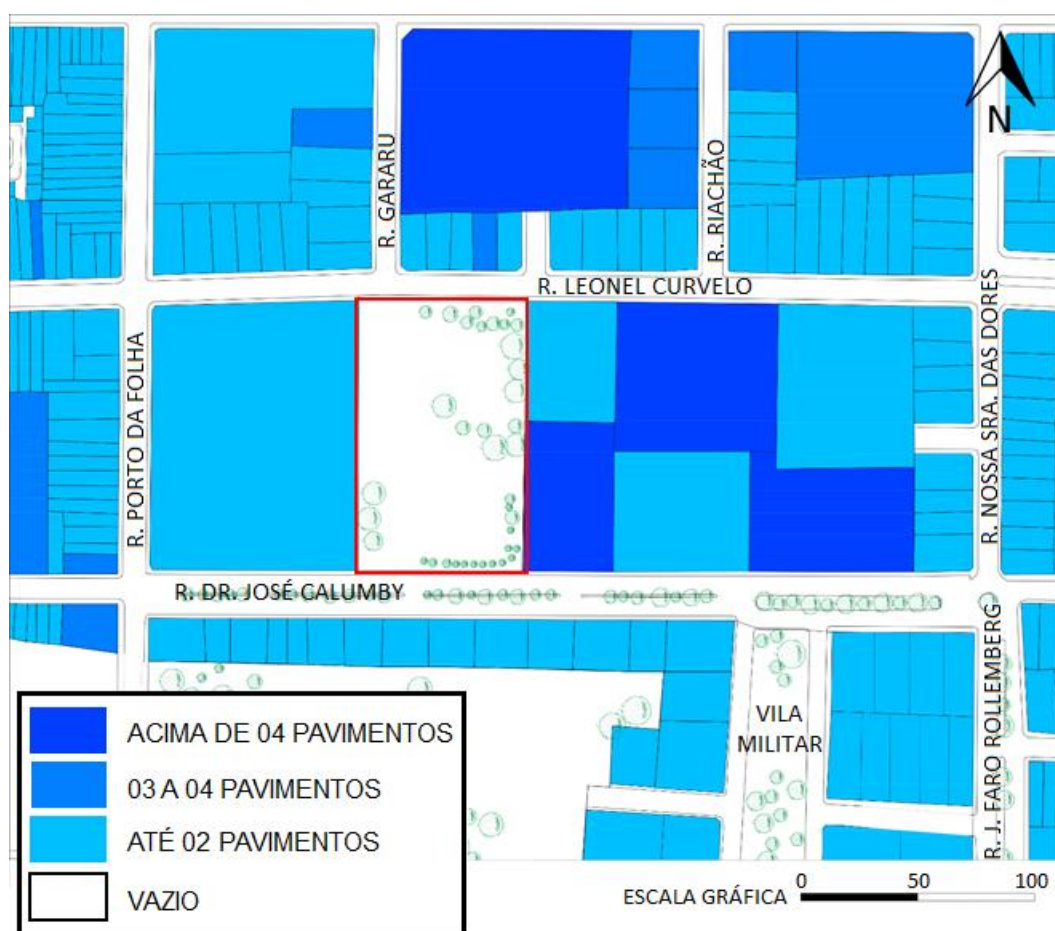
5.2 GABARITO E ALTURA E USO DO SOLO

Através do levantamento das edificações existentes no entorno do terreno, foi possível gerar um mapa referente ao gabarito de altura encontrado e outro que

competete ao uso do solo. O primeiro, que traz informações a respeito das alturas, mostra a predominância de um entorno horizontal, com a maioria das edificações de até dois pavimentos.

Na Figura 27 é possível notar que existem poucas construções com mais de dois pavimentos no entorno imediato do terreno. Há a presença de onze lotes com edificações de altura de três a quatro pavimentos e apenas quatro com gabarito superior a quatro pavimentos.

Figura 27: Gabarito de Altura



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Aracaju, 2017

No que se refere ao uso do solo (Figura 28), a predominância do uso habitacional é facilmente identificável no entorno do terreno, o que reforça ainda mais o caráter de zona residencial desta área. É possível encontrar na Rua Dr. José Calumby a Vila Militar, uma espécie de condomínio que abriga oficiais.

Há a existência de uma edificação de uso educacional, que se trata da Escola

Municipal de Ensino Fundamental General Freitas Brandão, e de uma de uso religioso, a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Os lotes que possuem uso misto referem-se àqueles que dispõem de pequenos comércios em seu pavimento térreo e habitações no pavimento superior.

De modo geral, os comércios e serviços encontrados no entorno imediato do terreno são de proporções locais, voltados para pequenas galerias, academias e lojas. Entretanto o lote que limita o terreno a oeste dá lugar a um serviço de grande porte, o Hospital Maternidade Sempre Viva, que se destaca como um equipamento significativo no local.

Figura 28: Uso do Solo



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Aracaju, 2017

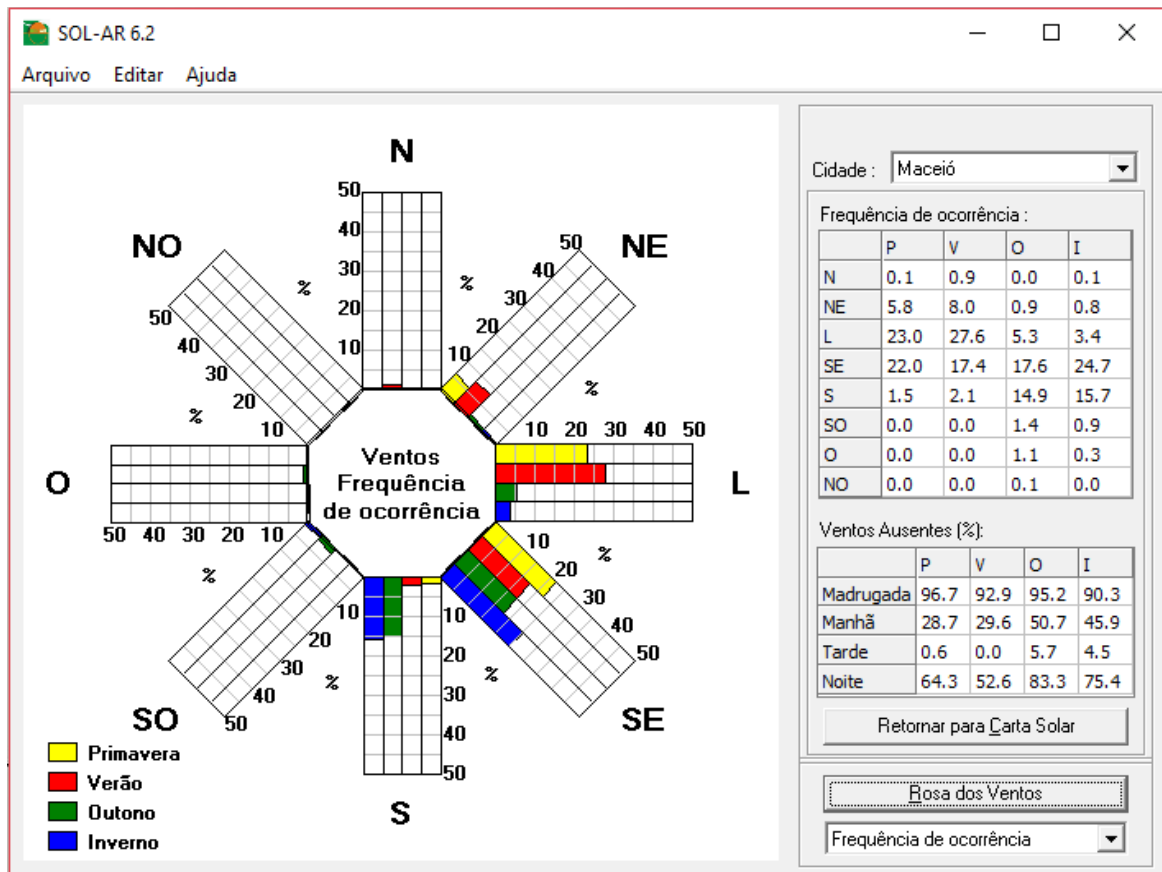
5.3 ANÁLISE DOS CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Na cidade de Aracaju os ventos são provenientes do Nordeste, Leste, Sul e Sudeste. Para realizar esta análise foi utilizado o *software* Analysis SOL-AR 6.2 – LabEEE (Laboratório de Eficiência Energética em Edificações), um programa que

apura dados relacionados à frequência de ocorrência de ventos, bem como a velocidade destes, além da trajetória solar durante todo o ano.

Através deste *software* é possível observar, na Figura 29, que os ventos originados no Nordeste ocorrem com maior frequência na primavera e no verão, enquanto os que são provenientes do Sul possuem sua maior frequência durante o outono e o inverno. É das regiões Leste e Sudeste de onde se origina a maior parte dos ventos na capital sergipana. No Leste a predominância ocorre nas estações mais quentes, durante a primavera e verão, neste último chega a alcançar até 27,6%. Os ventos do Sudeste predominam o ano todo, pois possuem frequência considerável durante as quatro estações, e chega a variar de 17,4% no verão até 24,7% no inverno.

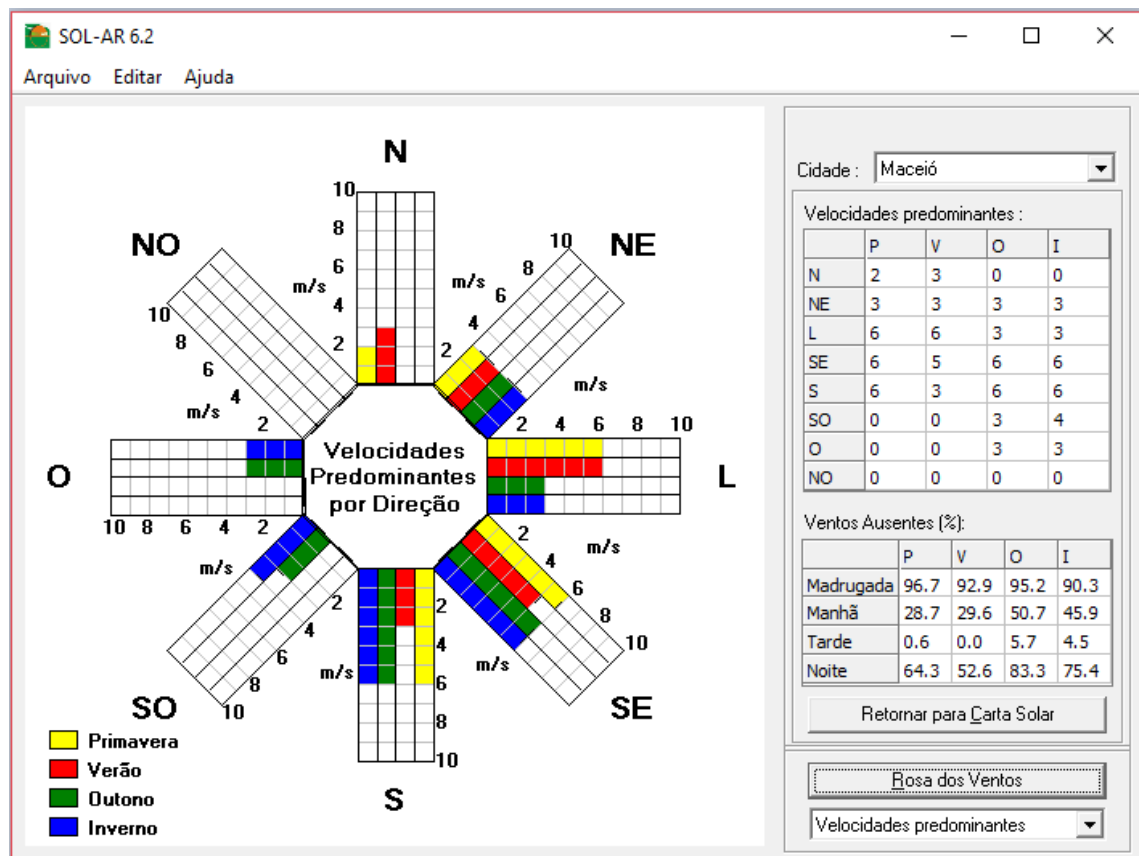
Figura 29: Frequência de Ocorrência dos Ventos



Fonte: Analysis SOL-AR, 2017

Além da frequência de ocorrência dos ventos é possível analisar as velocidades predominantes de acordo com a direção e as estações do ano. Na Figura 30 os gráficos mostram que a velocidade varia de 2m/s, durante a primavera na região Norte, e chega até 6m/s em algumas estações no Leste, Sudeste e Sul.

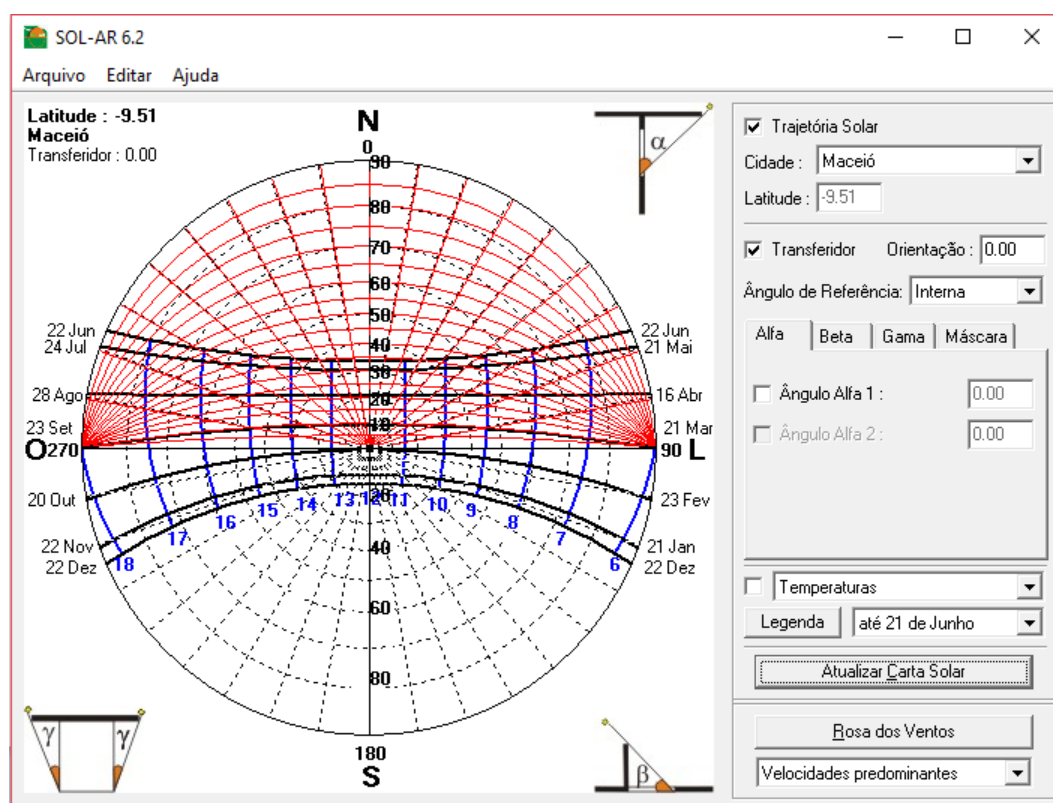
Figura 30: Velocidades Predominantes dos Ventos



Fonte: Analysis SOL-AR, 2017

Quanto à trajetória do sol se faz importante analisar Carta Solar, disponibilizada através do mesmo programa, para verificar quais regiões possuem maior ou menor insolação, não só durante o dia, mas também ao longo de todo ano (Figura 31). Foi possível identificar um período de maior insolação entre os meses de outubro e fevereiro, período em que os ventos predominantes são provenientes do Leste e do Sudeste. Já entre os meses de março e setembro a insolação é menor e os ventos predominantes são originários do Sudeste.

Figura 31: Carta Solar



Fonte: Analysis SOL-AR, 2017

A análise dos condicionantes ambientais, tais como trajetória solar, direção e velocidade dos ventos e o clima são de extrema importância para a implantação de um projeto arquitetônico como um todo. A partir destas informações é possível tomar decisões a respeito da orientação dos ambientes, sejam eles de longa ou curta permanência, o tipo de abertura que será feita, bem como o modelo de esquadrias a serem utilizadas e até mesmo as espécies de vegetação a serem escolhidas para que se adequem ao clima da região.

5.4 CONCEITO

Ao observar a dinâmica da Casa Abrigo Prof. Núbia Marques foi possível perceber que os locais que abrigam espaços voltados à problemática da violência doméstica contra a mulher tendem a priorizar o sigilo como uma forma de segurança, através de ambientes pequenos, inadequados e enclausurados. A busca pela proteção ocorre em detrimento da liberdade e da recuperação, o que compromete a inclusão e integração das mulheres e das crianças neste tipo de ambiente.

Tendo em vista a fragilidade de uma mulher que sofreu violência doméstica e passou por momentos de tensão e estresse, se faz importante pensar em um espaço adequado para sua recuperação, não só física como psicológica. Sabe-se que uma Unidade de Atendimento que acolhe este tipo de público deve manter sua privacidade e segurança ao máximo, uma vez que é de extrema importância que as usuárias se sintam protegidas. Contudo, é preciso encontrar o equilíbrio entre o sentimento de proteção e o de aprisionamento, uma vez que a experiência que as levou à Unidade já as fazia sentirem-se presas e oprimidas.

Por meio do que foi apresentado se faz necessário encontrar meios que sejam capazes de garantir a humanização dos espaços e devolver a liberdade, autoconfiança e equilíbrio às mulheres que estiveram sujeitas à violência e à submissão de algum modo.

Desta forma o conceito proposto é a humanização da arquitetura, tendo em vista que esta possui a capacidade de influenciar seus usuários de modo positivo a depender das decisões projetuais que venham a ser tomadas. Acredita-se na humanização como uma estratégia capaz de transformar o espaço em um recurso terapêutico, que pode proporcionar bem-estar aos seus usuários.

Através da arquitetura humanizada é possível criar dentro da Unidade de Atendimento espaços que se comportem como refúgios e locais de relaxamento que permitam a cura, mental e emocional, pela natureza. Por meio do contato com espaços externos, da preocupação com o conforto ambiental, da presença de vegetação e de elementos naturais, bem como da setorização dos usos, foi possível elaborar um projeto que atendesse aos princípios voltados ao conceito adotado.

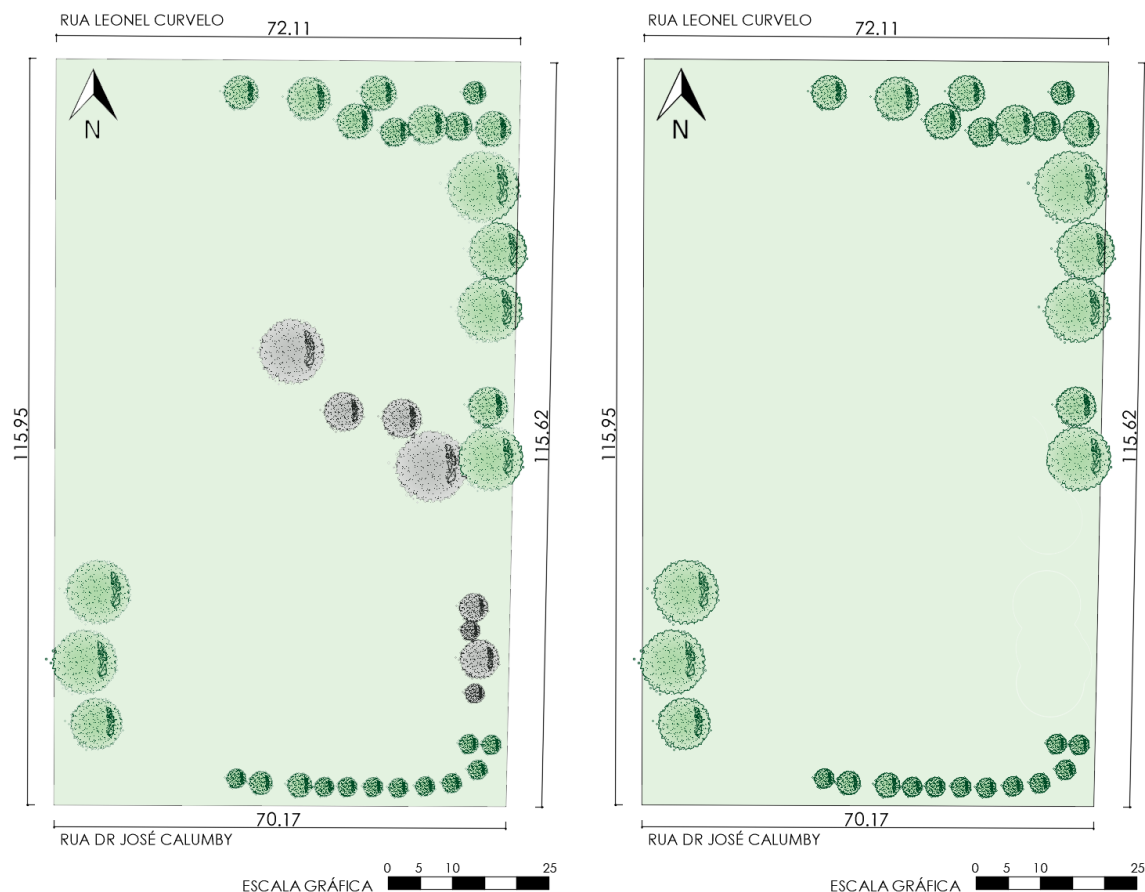
5.5 PARTIDO ARQUITETÔNICO

O partido arquitetônico desenvolveu-se através de uma sequência de decisões projetuais que fossem capazes de garantir o caráter terapêutico e humanizado na arquitetura. Tais decisões têm como objetivo suprir as necessidades da Unidade de Atendimento, de modo a preservar seu bom funcionamento e, principalmente, provocar a sensação de bem-estar na mulher usuária do espaço, capaz de promover a permanência desta durante o tempo que se fizer necessário.

Como primeiro partido norteador para a concepção projetual da unidade de atendimento, há o aproveitamento parcial da vegetação existente no terreno. Existem árvores frutíferas, a exemplo de mangueiras, de grande porte no local, com potencial

para compor um pomar dentro da proposta arquitetônica. Foram removidas apenas a vegetação localizada na porção central do terreno, bem como quatro pequenas árvores situadas na porção sudeste (Figura 32). A vegetação existente nos limites do terreno foi mantida, uma vez que não compromete a concepção projetual e ainda contribui para o conforto térmico e acústico, além de oferecer maior sensação de privacidade, visto que funciona como uma barreira visual.

Figura 32: Remoção parcial da vegetação



A presença da água também é utilizada como uma estratégia voltada para a humanização da arquitetura, pois este recurso aproxima o usuário do espaço à natureza. Deste modo, buscou-se inserir este elemento natural através da criação de um espelho d'água, capaz de trazer este recurso terapêutico para o projeto. A opção de criar um espelho d'água faz com que seja possível determinar a profundidade deste, por volta de 30cm, o que assegura o contato com a água, ao passo em que garante que seja seguro para mulheres e crianças dependentes.

O espelho d'água foi disposto de modo que fosse possível distribuir edificações em volta deste, bem como situar uma ao centro (Figura 33). Por conseguinte, criou-se um espaço reservado, de caráter privativo, que se dá em torno

do espelho d'água. Este espaço foi organizado de modo a criar uma sensação de segurança e proteção, contudo conta com uma grande área de espaços abertos que afastam a sensação de aprisionamento.






As formas retas e ortogonais das edificações são suavizadas através dos caminhos principais e secundários que, assim como os canteiros, seguem um traçado orgânico. Em vista disso, é possível estabelecer uma conexão com a natureza e suas formas mais livres e sinuosas, o que evidencia a importância dos espaços externos e seu contato com os usuários.

Figura 33: Implantação



A valorização das áreas externas se dá através da criação de espaços ao ar livre, onde as mulheres e as crianças assistidas pela Unidade de Atendimento podem ter momentos de contemplação e relaxamento em contato com a natureza. Para garantir que houvesse de fato a presença da vegetação nas áreas externas, além das árvores existentes, foram implantadas treze novas espécies arbustivas (Quadro 1), herbáceas e arbóreas, especialmente frutíferas, dando lugar a um grande pomar, e a criação de uma horta. Deste modo é possível manter as mulheres em contato direto com as plantas.

Quadro 1: Quadro de Mudas

Modelo	Nome Científico	Nome Popular	Altura (m)	Copa ø (m)	Espaçamento (m)
	<i>Malpighia emarginata</i>	Acerola	3 a 5	2,5	4
	<i>Averrhoa carambola</i>	Carambola	Até 8	6	8
	<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	6 a 9	4	5
	<i>Syzygium jabos</i>	Jambeiro	15	8	10
	<i>Citrus limon</i>	Limoeiro	3	2	3

Quadro 1: Quadro de Mudas (continuação)

Modelo	Nome Científico	Nome Popular	Altura (m)	Copa ø (m)	Espaçamento (m)
	<i>Citrus sinensis</i>	Laranjeira	3	2,5	3
	<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	6	4,5	5
	<i>Tabebuia roseoalba</i>	Ipê branco	6 a 9	6	8
	<i>Tabebuia avellanedae</i>	Ipê roxo	Até 6	3	3
	<i>Tecoma stans</i>	Ipê de jardim	6 a 9	6	8
	<i>Hippeastrum puniceum</i>	Amarílis	0,3 a 0,4	0,80	-
	<i>Euphorbia pulcherrima</i>	Bico de papagaio	3	1	1
	<i>Spirea cantoniensis</i>	Buque de noiva	Até 2	1,8	2

Em vista de uma maior integração com a natureza, foram criadas áreas, encobertas com pergolados, que pudessem propiciar aos usuários do espaço maior proximidade com o ambiente externo. Além disso, os caminhos criados por entre as árvores, tanto existentes quanto as novas, permitem uma experiência terapêutica e voltada ao bem-estar.

Existem áreas de pergolados voltadas ao relaxamento, a exemplo do redário e do espaço das espreguiçadeiras (Figura 34); áreas de parque infantil, com a presença de balanços e brinquedo gira-gira (Figura 35); e áreas para leitura (Figura 36), que pode ser feita de modo individual ou com mais de uma pessoa para momentos mais dinâmicos.

Figura 34: Pergolados: Redário e Espreguiçadeiras



Figura 35: Pergolados: Gira-gira e balanços



Figura 36: Pergolados: Áreas de leitura



A arquitetura térrea é utilizada como uma forma de atender às solicitações e exigências do Ministério Público, uma vez o órgão considera este gabarito de altura ideal para atendimentos desta natureza, no âmbito da acessibilidade e segurança. A proposta de edificações térreas, aliadas a uma arquitetura simples e de caráter residencial, permite que a arquitetura seja discreta, não se imponha na paisagem e nem chame atenção em relação ao seu entorno. Esta escolha projetual contribui com a segurança da Unidade de Atendimento, uma vez que não desperta o olhar e a curiosidade de outras pessoas.

5.6 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi desenvolvido a partir da análise dos estudos de caso presentes neste trabalho. A experiência de visitar a Casa Abrigo existente em Aracaju foi extremamente esclarecedora neste sentido, uma vez que permitiu conhecer de perto as necessidades da instituição e as deficiências do espaço físico. Deste modo, foram destinados diferentes usos a serem abrigados dentro da Unidade de Atendimento proposta, capaz de atender até 30 pessoas ao mesmo tempo, sendo este número a soma das mulheres e seus dependentes. Tais usos foram agrupados em setores (Quadro 2), que pudessem facilitar o funcionamento, são eles: setor administrativo, de atendimento, cursos e oficinas, alojamentos, áreas comuns de estar e de serviço e área dos funcionários.

Quadro 2: Usos e Ambientes

ADMINISTRATIVO	ATENDIMENTO	FUNCIONÁRIOS
Recepção	Assistência Social	Descanso
Administração	Psicólogo em Grupo	Quarto
Direção	Psicólogo Individual	Central de monitoramento
WCs	Ambulatório	Vestiários
ALOJAMENTOS	SERVIÇO	CURSOS E OFICINAS
Quarto individual	Refeitório	Auditório
Quarto adaptado c/ WC	Cozinha	Biblioteca
Quarto triplo	Depósito	Sala de Informática
Quarto família	Lavanderia	Sala de corte e costura

Quadro 2: Usos e Ambientes (continuação)

ALOJAMENTOS	SERVIÇO	CURSOS E OFICINAS
WCs	WCs	Sala de Confeitaria
Depósitos		Salão de Beleza
		WCs
ESTAR		
Brinquedoteca		
Sala de estar		
Sala de TV		

5.7 SETORIZAÇÃO E FLUXOS

A partir da definição do programa de necessidades, a setorização se deu de modo natural, fundamentada na organização de usos semelhantes ou que dependessem um do outro para que os ambientes se tornassem funcionais. A separação do fluxo semi-público, relativo àqueles que apenas irão ministrar cursos e oficinas, do fluxo privativo, reservado às funcionárias e especialmente às mulheres abrigadas, foi possível através da criação de duas entradas diferentes: uma pela Rua Leonel Curvelo, ao norte, e outra na Rua Dr. José Calumby, ao sul (Figura 37).

Assim, a setorização foi elaborada e diferenciada por cores. Cor laranja – Cursos e Oficinas: Os usos relacionados aos cursos e oficinas foram agrupados em um único bloco, de formato linear, na porção sul do terreno, próximo à Rua Dr. José Calumby. Esta edificação funciona como uma barreira física e visual, que não permite que visitantes, palestrantes ou ministrantes de cursos tenham acesso ao restante da Unidade de Atendimento, garantindo privacidade. O fluxo de entrada e saída desses usuários será feito através da Guarita Sul, na Rua Dr. José Calumby, evitando contato com os outros espaços.

Cor azul – Administrativo e Atendimento: Estas duas edificações lineares são unidas por um pergolado encoberto por vegetação e abrigam ambientes usados tanto pelas mulheres assistidas pela Unidade quanto pelos funcionários. O acesso para esta edificação se dá através da Guarita Norte, na Rua Leonel Curvelo. É por esta entrada que as mulheres serão encaminhadas para a Unidade de Atendimento. Os funcionários ingressam para trabalhar também através desta entrada, bem como saem ao final do

dia pela mesma. Em seguida, tem-se a cor roxo - Alojamentos: Os alojamentos consistem em quatro edificações dispostas em torno do espelho d'água. Estas possuem três quartos, de diferentes tamanhos, banheiros e depósito para armazenamento de produtos de limpeza, de higiene pessoal, roupas e roupas de cama extras. Após ingressar na Unidade e ter o primeiro contato no setor de atendimento, a mulher é encaminhada para um dos alojamentos para se instalar.

Cor amarela - Funcionários: Esta edificação abriga os ambientes que servem como apoio para os funcionários, tanto os que trabalham durante o dia como os que dão plantão. Vestiários, sala de descanso, central de monitoramento e segurança e quartos para funcionários que estiverem durante a noite, são os ambientes que dispõem este setor, que fica voltado para o espelho d'água. Esta edificação liga-se ao alojamento e à área comum de serviço através de pergolados encobertos por vegetação. O fluxo se dá entre esta edificação e o setor administrativo e de atendimento, uma vez que são os espaços onde os funcionários permanecerão por mais tempo.

Cor verde – Áreas Comuns de Serviço: Se trata de uma edificação com usos comuns a todas as mulheres, voltados ao serviço. Abriga ambientes como refeitório e cozinha de apoio, além da lavanderia e mais um depósito. Localizada em volta do espelho d'água, esta edificação também está próxima da horta, o que facilita o fluxo até a cozinha. A alimentação, que não é preparada dentro da Unidade de Atendimento, tem seu fluxo através da Guarita Norte, na Rua Leonel Curvelo, e se conecta diretamente com a cozinha para entregar as refeições.

E por último, a cor rosa – Áreas Comuns de estar: Esta edificação abriga usos comuns voltados ao lazer e ao estar. Nela estão a sala de estar e televisão, a brinquedoteca e um espaço de contemplação encoberto por um pergolado. Localizada ao centro do espelho d'água, esta edificação pode ser vista como o coração da Unidade de Atendimento. É capaz de ser acessada por qualquer um dos lados e pode reunir mulheres, crianças e até mesmo funcionários, permitindo a convivência e estimulando a interação social.

Figura 37: Setorização e Fluxos



5.8 O PROJETO

Para concepção projetual de cada edificação que compõe a Unidade de Atendimento proposta, foi levada em consideração a setorização e os fluxos previamente apresentados neste trabalho. Outra condição determinante, especialmente nos alojamentos, foi as análises feitas a respeito dos ventos, do clima

e da orientação solar.

Optou-se por utilizar janelas de madeira, do tipo venezianas móveis nas aberturas de todas as edificações, uma vez que este modelo de esquadria permite controlar a entrada de ar e de luminosidade no ambiente. Além disso, é possível abrir as janelas, visto que estas variam entre pivotantes e janelas de abrir. Somente em janelas altas de banheiros e depósitos não foram utilizadas as venezianas, neste caso optou-se por janelas basculantes fabricadas em madeira e vidro. Todas as portas são em madeira, exceto a da casa de gás, por recomendações técnicas, e o portão de entrada que é de alumínio. As fachadas são pintadas com uma tinta de tonalidade areia e, algumas possuem filetes de pedras que, assim como a madeira das esquadrias, se trata de um material natural.

O pé direito utilizado em todos os ambientes possui altura de 2,70m, de modo a preservar a escala e transmitir uma sensação de acolhimento do próprio lar às mulheres que estiverem na Unidade de Atendimento. O único ambiente que possui altura maior é o auditório, cujo pé direito chega a atingir 3,20m. O uso de materiais simples e facilmente identificáveis, como os pisos em cerâmica comum, é aplicado como recurso para familiarizar os usuários com os espaços.

A presença de platibandas em todos os edifícios da Unidade de Atendimento permite que sejam utilizadas telhas de fibrocimento, que possibilita o uso de uma inclinação menor do telhado, de 7%. Deste modo, pode-se conceber coberturas com grandes áreas, com apenas uma água, o que facilita sua manutenção, e sem aumentar consideravelmente a altura final da edificação.

Quanto às áreas totais referentes à área útil, construída e permeável, bem como as taxas de ocupação e de permeabilidade e o coeficiente de aproveitamento, estão disponíveis no Quadro 3. É importante destacar que taxa de ocupação máxima permitida para esta zona de acordo com o Plano Diretor de 2000 é de 90% e o coeficiente de aproveitamento é 5.

Quadro 3: Quadro de Áreas

Área Útil	1.956,35 m ²
Área Construída	2.780,75 m ²
Área Permeável	2.824,32 m ²
% Permeabilidade	34,2 %
% Ocupação	33 %
Coeficiente De Aproveitamento	0,33

5.8.1 Alojamentos

Neste setor de alojamentos (Figura 38), que fica localizado na porção leste do terreno, a disposição dos ambientes se organizou de acordo com a orientação solar: os quartos, triplos (Figura 39) ou individuais, estão voltados para o leste, enquanto banheiros e depósitos ocupam a parcela oeste da edificação. Para garantir que os quartos do meio não recebam incidência solar direta no período da tarde, foi criada uma espécie de hall de entrada, que contribui para barrar a insolação, mas permite que a ventilação circule por este espaço.

Visto que o hall funciona mais como elemento regulador do conforto térmico das edificações, do que como um espaço de comunicação, nem todos os ambientes possuem sua entrada voltada para ele. Deste modo, alguns cômodos estão voltados para o pergolado que liga um alojamento ao outro, estes são ligados também através do piso único que conecta as edificações. Há ainda a presença de um quarto adaptado para pessoas com deficiência, especialmente cadeirantes, visto que seu dimensionamento foi executado para que este ambiente fosse adequado a essas necessidades.

Figura 38: Alojamentos – Planta Baixa

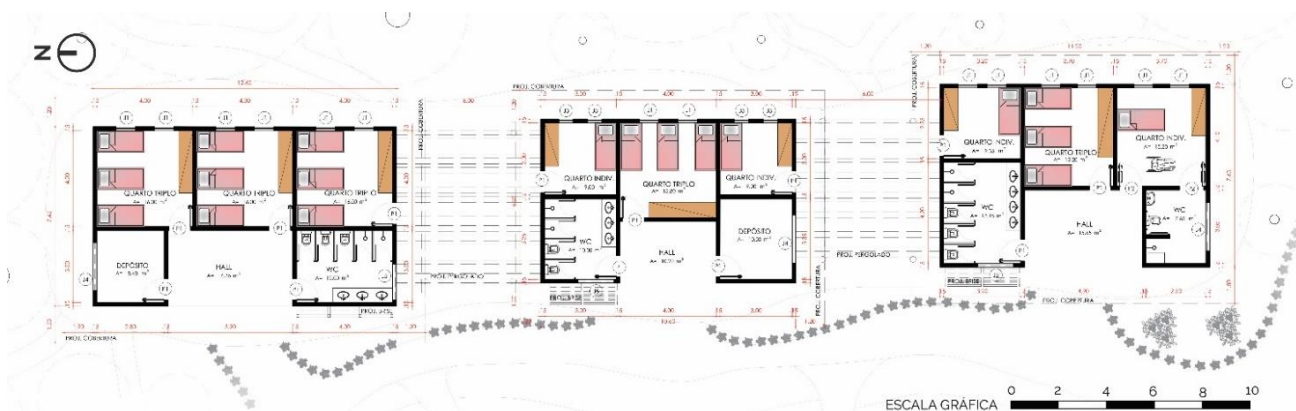


Figura 39: Quarto Triplo – Perspectiva



Na elevação oeste existem brises em madeira encobertos por vegetação. Estes saem da face externa da parede, no sentido horizontal, e descem até tocar o piso no sentido vertical. Esse elemento evita insolação direta nos banheiros, além de compor esteticamente as fachadas das edificações. Foi criada uma ideia de movimento na cobertura, através da utilização de alturas diferentes nos telhados com platibandas (Figura 40).

Figura 40: Alojamentos – Elevação Oeste



5.8.2 Alojamento, Funcionários e Área Comum de Serviço

Este setor composto por uma edificação de alojamento, área de funcionários e área comum de serviços, fica localizado na porção oeste do terreno. Novamente a orientação solar de fez de suma importância para a concepção projetual destas edificações. Na Figura 41 pode-se observar que os quartos do alojamento foram

posicionados no Leste, enquanto banheiro e depósito ocuparam a porção Oeste da edificação. Para evitar insolação direta no quarto triplo, localizado no meio, foi criado um hall na face Oeste, que funciona como uma barreira da incidência solar. Há também um pequeno hall voltado à face Leste, este foi utilizado para manter uma unidade junto aos outros alojamentos, que possuem seus halls voltados ao espelho d'água.

O edifício destinado aos funcionários possui um quarto que abriga até três funcionários de plantão por vez, além da área de descanso, uma central de monitoramento da Unidade de Atendimento, vestiários e banheiro com chuveiro para cadeirantes. No edifício voltado às áreas comuns de usos de serviço estão dispostos, a Oeste, os banheiros, a lavanderia, um depósito e a cozinha de apoio. Já na orientação Leste se dá o salão do refeitório.

Figura 41: Alojamento, Funcionários e Área Comum – Planta Baixa



A elevação leste destas três edificações, que são ligadas por pergolados de madeira, está voltada para o espelho d'água (Figura 42). O brise em madeira encoberto por vegetação foi utilizado em uma parede externa do banheiro como elemento estético, uma vez que esta não possui nenhuma abertura voltada para o Leste. A ideia de movimento na cobertura, através das diferentes alturas nos telhados com platibandas, se mantém no alojamento e na área dos funcionários. Na área comum de serviço, que abriga o refeitório, foi feita apenas uma única platibanda. Nesta edificação foram utilizadas grandes portas venezianas de correr, o que permite abrir o refeitório e criar uma troca entre o meio externo e o interno a cada refeição realizada.

Figura 42: Alojamento, Funcionários e Área Comum – Elevação Leste



5.8.3 Administrativo e Atendimentos

Este setor é composto por duas edificações que abrigam usos destinados ao setor administrativo, com ambientes como recepção, direção e administração, e usos destinados ao atendimento das usuárias da Unidade, com ambulatório, atendimento psicológico em grupo e individual e assistência social (Figura 43). Os dois blocos que compõem este setor estão interligados por um pergolado que possui função de acesso principal para as mulheres que entram na Unidade pela primeira vez, além de estabelecer a ligação entre a área privadas com a área semi pública da proposta.

O banheiro está localizado a Oeste, evitando insolação direta nos outros ambientes. A localização do ambulatório ao lado dos banheiros permite agrupar os pontos de água necessários, uma vez que os outros ambientes deste setor não precisam deste tipo de instalação. O ambulatório é destinado a enfermidades de baixa complicação, repouso, mal-estar, pontos em pequenos cortes e aplicação de remédios. No caso de acontecimentos mais graves, há uma grande porta de saída pela fachada Sul, para facilitar o deslocamento de macas caso seja necessário encaminhar o paciente a Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Urgências ou Maternidades.

A recepção possui o necessário para um atendimento privativo, essencial para triagem e cadastro da mulher que chega na Unidade para ser acolhida. A direção possui, além da estação de trabalho da diretora da Unidade de Atendimento, uma mesa de reuniões onde podem ser definidas metas, pautas, palestras e atividades.

A sala de atendimento psicológico individual possui dois ambientes, um destinado ao atendimento das mulheres adultas e outro às crianças que podem ser acolhidas junto às mães. O espaço infantil é mais informal, e permite que as crianças se sentem ao chão ou em *puffs*, brinquem e façam desenhos durante a sessão (Figura 44).

Figura 43: Administrativo e Atendimentos – Planta Baixa



Figura 44: Sala de Atendimento Psicológico Individual – Perspectiva



A elevação norte destas duas edificações, que compõem o setor administrativo e de atendimentos, está voltada para o espelho d'água central (Figura 45). As janelas venezianas em madeira utilizadas neste bloco consistem em esquadrias de abrir. A cobertura foi estabelecida com apenas uma única altura para as platibandas.

Figura 45: Administrativo e Atendimentos – Elevação Norte



5.8.4 Área Comum de Estar

Esta edificação abriga as áreas comuns com usos destinados ao lazer e ao estar (Figura 46). Os ambientes que a compõem são a brinquedoteca (Figura 47), destinada às crianças que acompanham as mães acolhidas pela Unidade de Atendimento, uma grande sala com espaços de estar e de televisão e uma área externa encoberta por um pergolado, com o propósito de ser utilizado para relaxamento e contemplação.

Este edifício está localizado ao centro do espelho d'água, o que permite sua comunicação com todos os blocos dispostos em torno dele. Desse modo, funciona como um ponto central para encontro e socialização entre os usuários da Unidade de Atendimento.

Figura 46: Área Comum de Estar – Planta Baixa

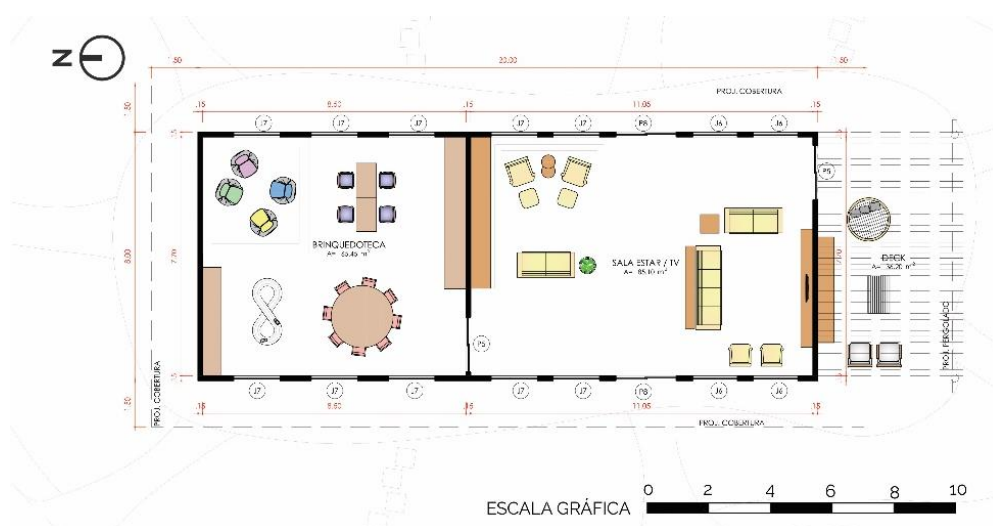


Figura 47: Brinquedoteca – Perspectiva



A partir da elevação leste desta edificação é possível ver sua localização ao

centro do espelho d'água, bem como parte dos caminhos que ligam as áreas de estar aos outros edifícios da Unidade (Figura 48). As janelas venezianas em madeira possuem duas folhas de abrir e a cobertura consiste em uma platibanda de uma única altura. O acesso à sala de estar e de televisão é realizado através de portas venezianas, em madeira, de correr.

Figura 48: Área Comum de Estar – Elevação Leste



5.8.5 Cursos e Oficinas

Esta edificação é composta por várias salas e ambientes voltados ao aprendizado da mulher acolhida, com o objetivo de abrigar cursos profissionalizantes que contribuam para a independência financeira das mesmas (Figura 49). Os ambientes encontrados incluem salas de aula, como sala de informática (Figura 50), sala de corte e costura, sala de confeitaria e salão de beleza; biblioteca, para estudo individual; auditório, para palestras, *workshops* e sessões de filmes e documentários; banheiros; e uma área de circulação destinada às mulheres assistidas, que precisam se deslocar da área privada à área semi-pública para obter acesso aos cursos e oficinas. Este edifício está localizado próximo à Rua Dr. José Calumby, voltado à área externa à Unidade de Atendimento.

Figura 49: Cursos e Oficinas – Planta Baixa

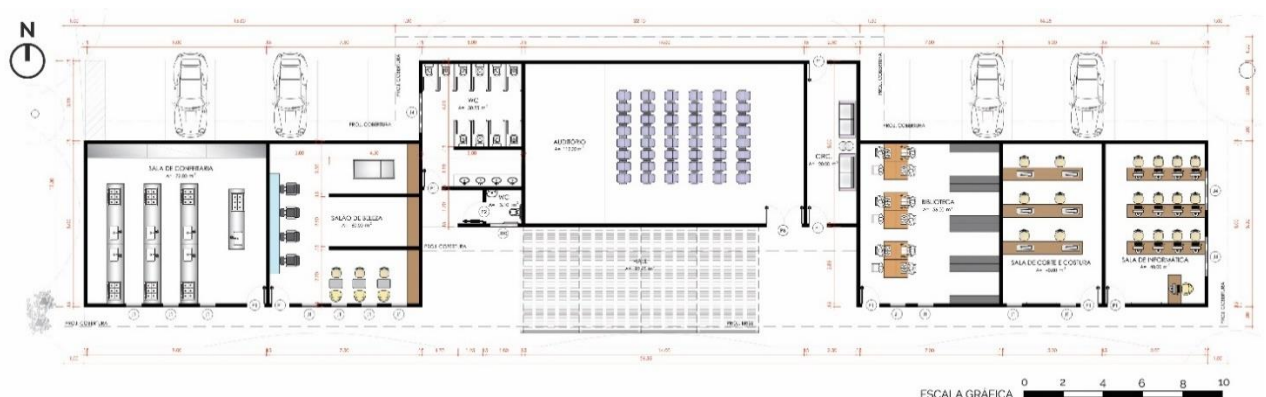


Figura 50: Sala de Informática – Perspectiva



A elevação sul, voltada à rua, é a visão que as pessoas de fora, convidadas a ministrarem cursos, terão de toda a Unidade de Atendimento, uma vez que estas somente têm acesso a esta edificação.

Foram utilizadas janelas venezianas de madeira com abertura pivotantes, além da presença do brise encoberto pela vegetação. Este último foi utilizado como um recurso que impede insolação direta, uma vez que esta fachada possui grande incidência solar durante o verão. Deste modo, é possível criar um grande hall que funciona como um espaço de encontro entre as mulheres abrigadas e o público externo, previamente autorizado a entrar na Unidade de Atendimento.

Figura 51: Cursos e Oficinas – Elevação Sul



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher é um tema atual e recorrente em todo o mundo. O Brasil, assim como inúmeros países, possui índices de agressão elevados e, embora muitos direitos já tenham sido conquistados, a falta de serviços de apoio e atendimento às vítimas deste tipo de violência de gênero faz com que o ciclo de agressões continue.

O grande número de casos de reincidência de agressão é grave e mostra que mesmo as mulheres dispostas a saírem da situação de violência, enfrentam inúmeras dificuldades, de cunho financeiro e psicológico, para recomeçarem suas vidas longe do agressor. O enfrentamento da violência doméstica requer serviços especializados, capazes de se articular para garantir um atendimento eficaz às mulheres vítimas de violência doméstica.

É importante realizar uma análise a respeito dos serviços que o Estado oferece atualmente, seu estado e seu funcionamento, bem como aqueles que ainda serão implantados, para entender suas propostas e orientações. Deste modo, entende-se que se faz necessária a concepção de um espaço voltado ao atendimento da mulher, capaz de suprir as necessidades básicas e de oferecer o primeiro passo para a porta de saída da situação de violência e opressão a qual foi submetida. Considera-se ainda, que este espaço deve ser capaz de auxiliar no processo de recomeço e renovação pessoal, contribuindo positivamente com o bem-estar do usuário.

Através de levantamentos históricos, estudos de legislação, levantamento de dados e índices pertinentes na capital sergipana, além de visitas e entrevistas com profissionais e uma mulher que passou por um abrigo voltado a esta problemática, foi possível identificar as principais carências dos espaços voltados ao atendimento da vítima. Fundamentado na necessidade deste tipo de espaço, o trabalho apresenta a proposta arquitetônica de uma Unidade de Atendimento a mulheres em situação de violência doméstica na cidade de Aracaju – SE.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Renata A. de. **Violência doméstica contra a mulher em Aracaju/SE: uma análise a partir da instalação do centro de atendimento a grupos vulneráveis**. 2006. 70f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

ALVES, Samara N. **A percepção visual como elemento de conforto na arquitetura hospitalar**. 2011. 212f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Distrito Federal.

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências.

CARDOSO, Marta, S. B. **Contributos do design para espaços de espera infantil em unidades de saúde familiar**. 2009. 95f. Dissertação (Mestrado em Design) Universidade de Aveiro, Portugal.

CIACO, Ricardo J. A. S. **A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares**. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

COLETIVO DE MULHERES DE ARACAJU. Quem somos. **Coletivo de Mulheres de Aracaju**, seção Quem somos. Publicado em: jun. 2012. Disponível em: <<http://www.mulheresdearacaju.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

COSTA, Francisco P. (Org.). **Lei Maria da Penha**: aplicação e eficácia no combate à violência de gênero. Rio Branco – AC: Edufac, 2008. 110p.

CUNHA, Bárbara. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 16, 2014, Paraná. **Anais...** Paraná, 2014. p. 149 – 170.

CURY, Paula. **Arquitetura e Humanização**: casa de apoio aos pacientes com câncer do hospital das clínicas da faculdade de medicina da USP de Ribeirão Preto. 2015. 147f. Monografia (apresentada ao final do curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Barão de Mauá, São Paulo.

ELALI, Gleice A. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**-Revista da UFRN, nº 2, p. 349-362, 1997.

FONSECA, Ericka E.P. **Mulheres em situação de abrigo**: uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

INSTITUTO AVON. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2011.

KALACHE, V.M.J ; SANTOS, V. R. Entretenimento Hospitalar: um novo conceito de melhoria na qualidade de vida baseada no design de interfaces e ambiente computacional hipermídia. **Revista Design & Tecnologia**-Revista da UFRGS, nº 8, p. 44-53, 2014.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. Arquitetura e humanização. **Projeto**, nº 126, p. 129-132, out. 1989.

LIMA, João F. Sarah Brasília Lago Norte. Centro Internacional de Neurociências. **Projetos**, São Paulo, ano 13, n. 153.01, Vitruvius, 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.153/4865>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MATAI, Patricia H. L. dos S; MATAI, Shigueharu. Ensino cooperativo: espaço físico. **Revista de Ensino de Engenharia**-Revista da ABENGE, v. 27, nº 1, p. 24-37, 2008. ISSN 0101-5001.

NOBRE, M. T. Um Panorama da Violência contra a Mulher em Aracaju na Década de 90. **Revista da Fapese**, v.5, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Elisa R. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência**-Revista da UNESP/Marília, São Paulo, ano 2012, edição 9, maio. 2012. ISSN 1983-2192.

OLIVEIRA, Monique E. R. de A. **O Sistema de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica da Casa-Abrigo Professora Núbia Marques**. 2010. 105f. Monografia (apresentada ao final do curso de Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

ORNSTEIN, Sheila W. Arquitetura, Urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. **Revista de Psicologia USP**, p. 155-165, 2005.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher**: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. 2012. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PORTAL BRASIL. Maria da Penha. **Portal Brasil**, seção Governo. Publicado em: 05 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Prefeitura de Aracaju. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Aracaju. 2000.

RIBEIRO, Gislene P. Conforto Ambiental, Sustentabilidade, Tecnologia e Meio Ambiente: estudo de caso hospital Sarah Kubitschek - Brasília. **III Fórum de Pesquisa**

FAU Mackenzie. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2007.

SERGIPE. Governo de Sergipe. Secretaria de Estado da Saúde. **Informe Epidemiológico.** Ano 2, nº 1. Aracaju, 2016.

SOUZA, Hugo L. de; CASSAB, Latif A. Feridas que não se curam: a violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 1, 2010, Paraná. **Anais...** Paraná, 2010. p. 38 – 46.

TELES, Juvanete O. **O fenômeno da reincidência da violência doméstica perpetrada contra a mulher:** casos atendidos da Delegacia da Mulher em Aracaju/SE. 2006. 81f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

VASCONCELOS, Aisla. SE registra 3.500 processos sobre violência doméstica. **Portal Infonet**, seção Cidades, Notícias. Publicado em: 15 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=172646>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

VASCONCELOS, Silvia C. D. **Violência de gênero:** uma análise da rede de atendimento à mulher. 2016. 158f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

WASELFISZZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global and regional estimates of violence against women:** prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Itália, 2013.

APÊNDICE A

Entrevista realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, na cidade de Aracaju – SE, com a Delegada Dra. Thaís Lemos, em 02 de fevereiro de 2017.

IM: Qual o horário de funcionamento da Delegacia? A mulher consegue dar parte a qualquer hora?

TL: A delegacia funciona das sete horas às dezoito. Em caso de ocorrência fora do horário de funcionamento, ou em finais de semana, o boletim deve ser registrado em delegacia plantonista. Se chega um caso faltando dez minutos para as dezoito, por exemplo, não temos hora para sair, só sai quando registrar o BO, mas se chegar dezoito e dez, é encaminhado para delegacia plantonista.

IM: Quando a vítima é encaminhada para outra delegacia ou para o IML, para realizar exame de corpo de delito, há algum tipo de transporte realizado pela delegacia?

TL: Não há.

IM: Qual a equipe de profissionais disponível na delegacia da mulher?

TL: São duas delegadas, agentes de polícia, escrivão, serviço de cartório, psicopedagoga, psicólogo e assistente social.

IM: O atendimento psicológico é imediato?

TL: Sim.

IM: O acompanhamento psicológico é feito na própria delegacia ou a vítima é encaminhada para um centro responsável por este acompanhamento?

TL: Somente o primeiro atendimento é realizado na delegacia, pois a mulher geralmente nos procura quando já está bastante fragilizada. O acompanhamento é feito através dos CREAS, que são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Eles são os responsáveis pelo acompanhamento psicológico da vítima.

IM: Há fila de espera para o atendimento psicológico no CREAS?

TL: Não sei informar.

IM: Em Aracaju há uma Casa-abrigo disponível para mulheres em situação de violência. Qual mulher é encaminhada para uma Casa-abrigo?

TL: Mulheres que sofreram agressões graves ou ameaça de morte. Há ainda as mulheres que não têm para onde ir, ou ainda quando o agressor está na casa delas.

IM: O encaminhamento ao abrigo ocorre pela própria delegacia?

TL: Sim, caso a mulher queira e não tenha outro local para ir, ela é encaminhada pela

própria delegacia.

IM: Como se dá a aplicação das medidas protetivas? Ela somente é concedida após a primeira tentativa de conciliação? Como é feita a conciliação?

TL: Sim, somente se a mulher quiser tentar a conciliação. A conciliação é oferecida como uma alternativa à mulher, quando o tipo da sua agressão for considerado um caso leve. Através de um juiz, o agressor se compromete a entrar num acordo, onde garante que não vai mais atentar contra a integridade daquela mulher.

IM: O que seria considerado um caso leve?

TL: Um caso onde não há lesão corporal ou reincidência do agressor. Nesses casos são oferecidas audiências de mediação de conflitos.

IM: Qual a quantidade de Boletins de Ocorrências registrados no ano de 2015? Quantos destes se tornaram inquéritos policiais?

TL: Em 2015 foram registrados 2538 BOs, e em 1039 casos foram abertos inquéritos policiais.

IM: E no ano de 2016, qual a quantidade de Boletins de Ocorrências registrados? Quantos destes se tornaram inquéritos policiais?

TL: Em 2016 foram registrados 2669 BOs, nesse ano 1000 casos se tornaram inquéritos policiais.

IM: Há como saber a taxa de casos que são reincidentes?

TL: Não há. O sistema onde ficam registrados os casos denunciados não possui nenhum tipo de filtro que permita saber quais desses casos configuram reincidência.

IM: Como foi o número de casos registrados em janeiro de 2017?

TL: O mês de janeiro registrou uma média de 50 casos de violência contra a mulher. Esse número foi baixo, em média recebemos 180 casos no restante do ano. Geralmente em dezembro, janeiro, meses no final e no início do ano, nós registramos poucos boletins de ocorrência.

APÊNDICE B

Fotos tiradas pela autora do trabalho, com intuito de registrar os espaços físicos da Casa Abrigo Professora Núbia Marques, durante a visita realizada em julho de 2017.

Brinquedoteca



Lavanderia



Cozinha



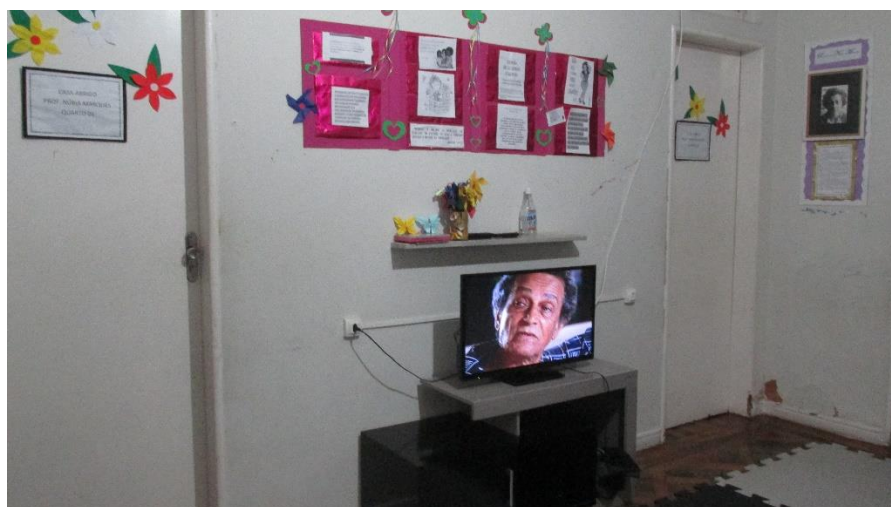
Sala de refeições



Porão/Depósito



Sala de estar/televisão



APÊNDICE C

Entrevista realizada na Casa Abrigo Professora Núbia Marques, na cidade de Aracaju – SE, com a assistida Fátima Santos¹, em 05 de julho de 2017.

IM: Qual sua idade?

FS: 38 anos

IM: Sua naturalidade?

FS: Sou de Rio Branco. Estou em aqui em Aracaju há mais ou menos 3 meses.

IM: Qual a sua escolaridade?

FS: Segundo grau, fiz até o médio completo.

IM: Você exercia alguma profissão?

FS: Fui funcionária pública por muito tempo, depois trabalhava por conta própria em uma empresa. Era autônoma. Trabalhava com restaurante, cerimonial, organização de eventos.

IM: Qual seu estado civil hoje?

FS: É uma união estável.

IM: Possui quantos filhos?

FS: Três.

IM: Mas somente dois moram com você?

FS: Isso, o outro está estudando, ele é mais velho. Ele já tem 17 anos.

IM: Há quanto tempo você está aqui na casa?

FS: Aqui na casa tem dois meses e meio já.

IM: Qual a sua opinião a respeito da rotina mantida dentro da casa? Edna² estava me falando que vocês têm uma rotina, que tem que tomar café até umas 8h da manhã, e aí tem o horário do almoço, jantar... isso te ajuda, te atrapalha, te incomoda?

FS: Não... eu acho que a rotina é como na nossa casa, né? A rotina é igual. Só estranhei quando cheguei aqui que tinha muito cadeado nas portas, sabe? Na porta do banheiro, do banheiro principal, tinha cadeado. Na cozinha a partir de certo horário tinha cadeado. Não é só lá na frente. Tudo tem cadeado, eu achei que isso acaba.... É um lugar que você recebe as pessoas que já vem de uma certa forma de opressão e aí você lidar com tantos cadeados, tantas regras, eu acho que isso... estranha um pouco né? É uma forma

¹ Nome fictício

² Edna Nobre, coordenadora da Casa-Abrigo

de opressão *né*? Que acaba deixando uma pessoa que já está fragilizada ainda mais sem essa liberdade. Porque qualquer pessoa que vem *pra* essa casa vem porque passou por alguma forma de opressão.... É uma forma de agressão *né*. Outra coisa que vi na casa foi essa questão que às vezes vem uma mulher que está sofrendo uma violência doméstica em casa e está acostumada a certas coisas, vem para o abrigo e convive com pessoas que usam drogas ou que vive na rua. É uma outra realidade. Essas pessoas têm vícios. Eu acho que a mistura um pouco não é adequada, porque você acaba de alguma forma correndo um pouco de risco *né*? Eu mesma logo que cheguei na casa, fui assaltada dentro da casa.

IM: Por outra mulher assistida?

FS: Isso, por outra assistida. Ela era usuária de drogas e moradora de rua até então. E a casa também nem sabia, ou seja, eu vi que a casa recebe pessoas e não sabe de onde estão vindo. E essa mulher ficou por três dias...

IM: Você chegou a dividir quarto com ela?

FS: Sim, logo no primeiro dia, porque ela chegou junto comigo. *Tava* grávida, eu nem tinha essa preocupação, eu nunca imaginei. Mas ela pegou um relógio e um celular e fugiu daqui da casa. E também falta isso *né*? Essa segurança. Porque a casa não tem segurança *né*? Não precisa observar muito para perceber isso. Essas mulheres que são da rua, elas têm que ser assistidas, mas você tem que entender que ela tem problemas, tem um vício.... Essa moça foi embora, mas já aconteceu de outras terem crises. Teve uma outra que não era usuária, mas teve crises dentro da casa. A própria Rita³ já pegou pedra, eu tive que tirar pedra da mão dela.

IM: Você acredita que no geral a casa tem um impacto positivo na sua vida?

FS: Olha como abrigo, *né*? De eu estar abrigada, porque foi o que mais precisei da casa: um teto, um lugar para estar... Sim. Acho que faltam mais profissionais. Pessoas que sejam mais preparadas para lidar com as situações que se encontram aqui, desde usuários de drogas, dependentes de remédios. Chegou uma moça aqui que foi violentada por três homens, ficou amarrada durante a agressão, então ela tinha crises e surtos. Ela mesma dizia 'sai da frente senão eu posso te machucar', com outras mulheres. Mas assim, como abrigo, com alimentação, tudo *ok*. Acho assim, muito tranquilo. Mas quando você precisa de uma coisa fora, por exemplo meu filho ele é especial, ele tem um problema. Então estou a muito tempo correndo atrás de exame,

³ Nome fictício para outra mulher assistida pela Casa-Abrigo.

ele deveria estar indo no médico, mas essas coisas acabam que nunca saem.

IM: O sentimento de segurança está presente na maior parte do tempo em que você está aqui? Você se sente segura em estar aqui?

FS: Não, segurança não. A casa acaba não oferecendo, é como *tô* te falando. Algumas das funcionárias da casa.... Aliás, algumas não, todas: eu acho que elas deviam ser mais preparadas. Eu acho que é uma coisa mais geral do país todo né? Eu mesma já fui funcionária pública, então eu sei.... E também pelo meu filho, ele já fez quatro cirurgias, eu já passei por alguns hospitais e alguns lugares, já dá *pra* saber como funciona. Até a Rita, ela tem vinte e poucos anos, mas ela só nasceu com um problema: ela não escuta e nem fala. Mas a vida dela, em abrigos, tornou ela essa pessoa cheia de crises. Foi o conjunto. Faltaram profissionais na vida dela, faltou um acolhimento. Aí ela ficou com muitas sequelas.

IM: Você se sente presa estando aqui? Há algum sentimento de prisão ou de não ter tanta liberdade?

FS: Olha, é como *tô* te falando, me sinto um pouco. À noite a gente fica ainda mais com essa sensação de prisão. Principalmente por causa dos cadeados. Dentro da casa em si não. Durante o dia, com a equipe que trabalha durante o dia, a gente não tem uma rotina assim, é mais tranquilo.

IM: O que mais te incomoda na casa?

FS: A lavanderia está legal, está boa. Sempre tem água e tudo. Logo que eu cheguei só era permitido usar o banheiro do quarto, que é um banheiro que não tem luz, não tem porta, então é claro que era incômodo. Uma casa também onde você vai receber mãe com crianças, não tinha nada, mas agora a gente ajeitou uma salinha para criança brincar. É algo que já deveria existir no projeto para essas casas.

IM: E o que mais te agrada na casa?

FS: O que mais me agrada? O almoço em conjunto eu acho legal, a convivência como um todo.

IM: Vocês fazem as refeições juntas? Tantos as funcionárias quanto as mulheres assistidas?

FS: Isso, a gente faz as refeições juntas, tanto elas como a gente.

IM: Você sente falta de ter algum espaço verde, algum espaço ao ar livre, jardim, pátio dentro da casa?

FS: Também, seria legal, seria agradável. Se tivesse também uma área, brinquedos. Geralmente as mulheres vêm com criança *né*?

IM: Um espaço então para eles brincarem ao ar livre?

FS: Isso, ao ar livre. Seria muito legal, com certeza. Eu acho também que falta gente mais preparada, aula de primeiros socorros, medicação.

IM: Não tem medicação na casa?

FS: Não, não tem nada. Nem sequer para um pequeno corte. Às vezes sequer, tipo um kit de primeiros socorros alguma coisa... não existe.

IM: Se vocês precisarem ir para a urgência, como funciona? Vocês precisam esperar vir um carro?

FS: Aí nesse caso vai resolver aqui mesmo, lava com sabão. É mais fácil resolver aqui mesmo. Usa o álcool, alguma coisa. Já tivemos casos da moça passar mal aqui dentro e até entrar em contato com um serviço de saúde, chamar uma ambulância.... As próprias cuidadoras que ficam, nesse caso dessa moça que tinha um surto de passar mal ela mesma dizia 'sai da minha frente que eu tenho medo de te machucar', aí todo mundo corre. Ou seja, ela corre risco de machucar alguém e de se machucar.

IM: Você acha a casa escura?

FS: Escura? Não. Acho que não.

IM: Quente, fria ou bem ventilada?

FS: Bem ventilada. Quente não é não.

IM: Úmida?

FS: Sim. Umidade tem bastante, principalmente nessa época de chuva.

IM: Grande ou pequena?

FS: Grande ou pequena.... Olha eu acho que aqui é como uma casa normal, para uma família de cinco pessoas. Do tempo que eu estou aqui já passaram em torno de umas vinte mulheres. Já chegou a estarem cinco mulheres, todo mundo junto com as funcionárias, aí se torna pequena. Quando eu cheguei tinha uma mulher com duas crianças, a história é que ela era HIV. Então você já fica com receio de usar. Veio uma outra que tinha sífilis, eu tenho a minha filha pequenininha né? Então você já fica com uma preocupação. Tem que ter um profissional para certas áreas da casa, de higiene mesmo. Ou pelo menos uma fiscalização, como nos hospitais, que todo mundo usa. Mas tem um profissional com material adequado que faz a limpeza do banheiro a cada tantas horas. Então acho que esse trabalho teria que implantar, para não deixar a limpeza na mão daquela pessoa que tá na casa naquele momento.

IM: Em relação à privacidade, principalmente ao quarto que você dorme. Hoje você não divide quarto com ninguém, mas quando você chegou aqui você dividiu, certo?

FS: Isso.

IM: Você chegou a dividir só com ela ou com outras moças?

FS: Depois chegou outra moça, mas realmente depois de aconteceu a questão do roubo, eu sofro já um certo *bullying* das funcionárias. Elas dizem que a coordenadora me dá algumas regalias. Dizem que tenho regalias, elas acham ruim porque eu fico no quarto sozinha. Eu até limpo até mais do que deveria. Como meu bebê vai para o chão e tudo, eu faço limpeza, aqueles tapetes sou eu que tiro e lavo e tudo. Eu tenho esses cuidados, mas outras pessoas não têm. Por enquanto meu quarto está tranquilo, eu mesma cuido da minha roupa, das coisas. Não colocaram mais ninguém lá comigo.

IM: Mas hoje te incomodaria dividir quarto com mais alguém?

FS: Se dissessem que a pessoa é usuária com certeza vai me incomodar. Se eu souber que a pessoa morava na rua e é usuária, me incomoda sim. Aconteceu uma situação aqui na casa, como eu tenho permissão para ficar com meu telefone, já que meu caso não foi de agressão do marido, foi um outro caso. Para eu me comunicar com ele eu preciso do meu telefone. Então teve uma moça, ela pegou a minha pequenininha, parece até uma coisa boba né? Mas ela pegou e levou para o quarto, contou uma historinha e pegou o telefone. Quando a gente percebeu ela estava aos gritos no telefone, falando com alguém e batendo boca. Ela queria só o telefone para ligar, mas digamos que ela quisesse fazer uma maldade com a criança?

IM: Por quais cursos profissionalizantes você se interessaria e acredita que as outras mulheres se interessariam em cursar se houvessem condições para isso.

FS: Olha desde que eu entrei na casa, trabalhei em diversas coisas. Eu sou um pouco cabeleireira, um pouco cozinheira, então assim até sempre corto o cabelo das mulheres que passam aqui. Eu acho que seria legal elas terem acesso a esses cursos. Muitas eu vi que se interessam por aprender a cozinhar, sempre que posso eu ensino, percebi que ficam curiosas. Culinária seria bem interessante. Corte de cabelo, corte e costura também é interessante.